

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Artes
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

BRUNO DE OLIVEIRA LIMA

RECONCILIAÇÃO URBANA

ANÁLISE SIMBÓLICA DA PAISAGEM DA VILA DA VITÓRIA (SÉC. XVI - XVIII)

Vitória

2013

BRUNO DE OLIVEIRA LIMA

RECONCILIAÇÃO URBANA

ANÁLISE SIMBÓLICA DA PAISAGEM DA VILA DA VITÓRIA (SÉC. XVI - XVIII)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Processos Urbanos e Gestão da Cidade: teoria e história.

Orientador: Nelson Pôrto Ribeiro.

Vitória

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

L732r Lima, Bruno de Oliveira, 1985-
Reconciliação urbana : análise simbólica da paisagem da
Vila da Vitória (Séc. XVI-XVIII) / Bruno de Oliveira Lima. – 2013.
88 f. : il.

Orientador: Nelson Pôrto Ribeiro.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Paisagens - Vitória (ES). 2. Natureza. 3. Cultura. 4.
Simbolismo na arquitetura. 5. Vitória (ES) – História. I. Ribeiro,
Nelson Pôrto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Artes. III. Título.

CDU: 72

BRUNO DE OLIVEIRA LIMA

RECONCILIAÇÃO URBANA

ANÁLISE SIMBÓLICA DA PAISAGEM DA VILA DA VITÓRIA (SÉC. XVI - XVIII)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Processos Urbanos e Gestão da Cidade: teoria e história.

Aprovado em _____ de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Profa. Dra. Clara Luiza Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno
Universidade de São Paulo

À minha família

AGRADECIMENTOS

Aos membros do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo;

Especialmente ao orientador Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro pelos ensinamentos;

À Prof^a. Dr^a. Clara Luiza Miranda e à Prof^a. Dr^a. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

À minha família e amigos pela força, incentivo...

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto a paisagem da Vila da Vitória dos séc. XVI - XVIII. A estrutura espacial desta vila foi impregnada de forte conotação simbólica e esta “construção de significados” exprimia-se em sua conformação territorial e na sua paisagem, que se articulava intimamente ao ambiente natural, e a partir dele, se integrava, utilizando-o como material estrutural para a arquitetura deste espaço. Sua morfologia e tipologia urbana compreendiam traços, monumentos, símbolos e outros elementos que se constituíram como fundamentais na “arquitetura da cidade” ou na constituição do “Lugar”, num sentido simbólico, fenomenológico deste termo. Logo, através da análise sobre a conformação urbana de Vitória nos séc. XVI - XVIII investigam-se questões que tratam simultaneamente: do desenho histórico da vila; da vila e de sua integração à paisagem; e da locação de suas construções notáveis; procurando relacionar esses elementos e as suas características simbólicas. Portanto, apresenta-se a Vila da Vitória em uma investigação, fundamentalmente, histórica e teórica e, em especial, em um viés de análise simbólica de sua paisagem desenvolvida a partir de materiais iconográficos dos séc. XVII, XVIII e XIX, na busca de indícios que revelem os significados contidos na paisagem da Vila da Vitória.

Palavras-chave: Paisagem. Natureza. Cultura. Simbolismo. Vitória.

ABSTRACT

This dissertation focuses the landscape of the Village of Vitoria (century XVI – XVIII). The spatial structure of this village was filled with strong symbolic connotation and that "construction of meaning" was expressed in their territorial conformation and especially in its landscape, which was linked closely to the natural environment and from it was integrated, using as structural material for the architecture of this space. Their morphology and urban typology understood traits, monuments, symbols and other elements that formed as the fundamental "architecture of the city" or in the constitution of "place" in a phenomenological sense of the term. Thus, through the analysis of the conformation of Vitoria in the urban century XVI - XVIII investigates issues dealing simultaneously: the design of the historic town, the village and its integration into the landscape, and the lease of its notable buildings, trying to relate these elements and their symbolic characteristics. Therefore, we present the Village of Victory in an investigation fundamentally historical and theoretical, in particular, on a bias symbolic analysis of your landscape developed from materials of iconographic century XVII, XVIII and XIX, in search of clues that reveal the meanings contained in the landscape of the Village of Vitoria.

Keywords: Landscape. Nature. Culture. Simbolism. Vitoria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Ideias de Natureza para o mundo ocidental	31
Figura 2:	O templo grego	34
Figura 3:	Vila Laurentina	37
Figura 4:	Vila Medici	38
Figura 5:	Catedral St. Michel	40
Figura 6:	Espiritu Santo, ca. 1624	49
Figura 7:	Capitania do Espírito Santo e Villa da Vitória, 1631	51
Figura 8:	Spiritus Sancto, 1660	51
Figura 9:	Villa da Victoria, 1775	52
Figura 10:	Capela de Santa Luzia	54
Figura 11:	Colégio e Igreja dos Jesuítas	54
Figura 12:	Igreja Matriz em diferentes vistas	54
Figura 13:	Igreja Matriz em diferentes vistas	54
Figura 14:	Igreja Matriz em diferentes vistas	54
Figura 15:	Vila da Vitória, séc. XVI	55
Figura 16:	Festa cívica em Vitória, 1908	56
Figura 17:	Vila da Vitória, séc. XVII	57
Figura 18:	Convento de São Francisco, ca. 1900	58
Figura 19:	Convento do Carmo, ca. 1900	58
Figura 20:	Cercas do Convento São Francisco	59
Figura 21:	Cercas do Convento do Carmo	59
Figura 22:	Sítio do Colégio dos Jesuítas e Igreja São Tiago	60
Figura 23:	Igreja e Colégio dos Jesuítas, à frente, o terreiro	61
Figura 24:	Forte da Vila	62
Figura 25:	Fortim de Santo Inácio	62

Figura 26:	Fortim de São Tiago	62
Figura 27:	Igreja da Misericórdia, 1908	63
Figura 28:	Igreja do Rosário	63
Figura 29:	Igreja de São Gonçalo	63
Figura 30:	Planta da Villa da Victoria, 1767	64
Figura 31:	Prospecto da Villa da Victoria, 1767	64
Figura 32:	Perspectiva da Villa de Victoria, 1805	65
Figura 33:	Vitória, 1821-1895	67
Figura 34:	Vitória, 1825	67
Figura 35:	Vitória, 1910	68
Figura 36:	Área do aterro do Campinho	69
Figura 37:	Área do aterro do Largo da Conceição	69
Figura 38:	Parque Moscoso	70
Figura 39:	Praça Costa Pereira	70
Figura 40:	Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895	71
Figura 41:	Aterro do Campinho, detalhe para o traçado regular das vias	71
Figura 42:	Aterro da Esplanada Capixaba, 1953	72
Figura 43:	Cidade de Vitória, 1967	75
Figura 44:	Paisagem de Gardanne, óleo sobre tela, 1885-1886	77
Figura 45:	Paisagem de Gardanne, óleo sobre tela, 1885-1886	77
Figura 46:	Paisagem de Gardanne, óleo sobre tela, 1885-1886	77
Figura 47:	Vitória, 1825	85
Figura 48:	Vitória, 1821-1895	86
Figura 49:	Cartão Postal de Vitória, 1907	87
Figura 50:	Cartão Postal de Vitória, 1910	88

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PAISAGEM	19
2.1. A RAIZ DO TERMO PAISAGEM	19
2.2. O OLHAR MODERNO SOBRE O MUNDO	21
2.3. O OLHAR PRÉ-MODERNO SOBRE O MUNDO	29
2.3.1. O templo grego	33
2.3.2. A vila romana	36
2.3.3. A catedral medieval	39
3. VILA DA VITÓRIA (SÉC. XVI - XVIII)	41
3.1. REFERÊNCIAS DO URBANISMO PORTUGUÊS	41
3.2. ASPECTOS GERAIS DAS VILAS E CIDADES LUSO-BRASILEIRAS	45
3.3. VILA DA VITÓRIA (SÉC. XVI-XIX): ANÁLISE SIMBÓLICA DA PAISAGEM	49
3.4. CIDADE DE VITÓRIA (SÉC. XIX-XX)	67
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
5. REFERÊNCIAS	79
ANEXOS	84

1. INTRODUÇÃO

A expressão ‘Reconciliação Urbana’ é uma apropriação poética, de certa maneira, de termos análogos à inspiradora ideia de ‘Conservação Urbana Integrada’¹, como: Revitalização, Requalificação, Reabilitação, dentre outras políticas urbanas². Nesta expressão, criada aqui, está implícita a ideia de manutenção de uma cultura, em “Re-Ação”, basicamente, ao processo vigente de homogeneização das cidades e, em especial, de seus centros históricos, principais alvos desta ação.

O prefixo ‘Re-’ indica um movimento de retorno, regresso, de repetição, reiteração de algo já existente, mas que foi repreendido, reprimido; daí o termo ‘Conciliação’: ato ou efeito de conciliar(-se), aliar-se, pôr-se de acordo, em harmonia.

A ideia de ‘Reconciliação’ consolidou-se a partir do contato com ‘*Blissful Agony*’³, obra que narra algumas impressões sobre a cidade de Vitória na década de 1970, momento que representa o auge das transformações em seu centro histórico. Esta ideia firmou-se do ponto de vista da relação entre o ‘habitante/autor’ e a cidade, especialmente, a partir de um ‘sentimento’, perceptível e recorrente em seus relatos, que envolve memória vivida e viva, passado e presente, lembrança e esquecimento: o ‘(Res)sentimento’ sobre os rumos que tomou a cidade de Vitória.

A memória age “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos em relação a outros), mais do que recuperando-os, resgatando-os, ou descrevendo-os como “realmente” aconteceram. Atualizando os passados – reencontrando o vivido “ao mesmo tempo no passado e no presente” –, a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória. O tempo perdido e reencontrado (no sentido de retomado, de um tempo que começa de novo, e não do eterno retorno do mesmo) não se refere apenas ao passado, mas também ao futuro [...]⁴.

¹ O projeto de dissertação inscrito no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo intitulado ‘Conservação Urbana Integrada’, por apresentar-se numa abordagem demasiado ampla, adquiriu uma frente mais específica, contudo apoiadas ainda nesta ideia e mesmo objeto de análise.

² Exceto em ‘Renovação Urbana’, expressão que apresenta, comumente, o sentido de transformação de um tecido urbano antigo, substituído por uma nova trama a partir de intervenções sempre bruscas.

³ ALMEIDA, Amylton de. *Blissful Agony*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1972.

⁴ BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p.51.

O ressentimento é uma atitude mental duradoura, produto de um conflito longínquo, de uma repressão emocional que se revela na dimensão de um desejo sem objeto, ou melhor, na ruptura entre esta emoção e o seu objeto idealizado⁵.

A ideia de 'Reconciliação' não cultiva este ressentimento, pelo contrário, ela o abole. O intuito desta Re-Ação não é a de apaziguar, "fazer as pazes" entre os opostos, nem estabelecer meio-termo, mas criar outro termo em busca de uma alteridade que ultrapasse essa dualidade, em uma luta de forças que se faz sempre em tensão, já que permanece em constante movimento, em uma reatualização.

[...] a reatualização operada pela memória se dá num instante [...] como algo que irrompe, como uma irrupção. É este trazer a tona que constitui o fundamento mesmo da memória, pois o passado que retorna de alguma forma não passou, continua ativo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, reatualizado⁶.

Logo, 'Reconciliar' seria habitar esse tensionamento, como se estivéssemos lá e cá, numa fronteira a ser sempre construída, aliando passado/presente, instante/duração,

[...] conseguindo resgatar esta "superposição" de tempos, tempos múltiplos, precisamente porque incorpora o instante, colocando-o na condução da memória. Porque funde instante e duração, [a memória proustiana] cria esteticamente uma dimensão particular do tempo: o "fora do tempo", o "atemporal" [...] que só emerge, entretanto, porque trama todos os tempos descontínuos e assimétricos constitutivos de uma duração. O "fora do tempo" não me parece absolutamente designar um instante imobilizado entre o presente e o passado [...] ao contrário, o "fora do tempo" proustiano é ao mesmo tempo um "dentro do tempo", "durante o tempo" [...] efetuando a reconciliação do instante com a duração⁷.

Os trechos de *Blissful Agony* expostos aqui relatam mais que apenas lembranças,

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente⁸.

⁵ BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p.61-62.

⁶ Ibid., p.49.

⁷ Ibid., p.49-50.

⁸ Ibid., p.91.

A epígrafe seguinte sintetiza, de certo modo, as principais questões desta análise:

Este é o instante em que Vitória perde suas características geográficas, as únicas que possui, e então se parece com qualquer cidade do mundo; em cada rua, em cada esquina, no rosto de seus habitantes. Vitória então se apresenta anônima. [...] Este é o instante em que Vitória perde todas as suas características geográficas⁹.

As características geográficas de Vitória é o objeto principal desta investigação, contudo, numa outra perspectiva: da paisagem da Vila da Vitória (séc. XVI-XVIII). Por “instante”, entendemos o período referente ao final do séc. XIX e, sobretudo, ao transcorrer do séc. XX, momento de significativas transformações na paisagem, consolidadas na década de 1970, época em que se apresenta esta epígrafe. ‘Instante’, pois se trata de um tempo relativamente curto frente à trajetória de Vitória.

A Vila da Vitória, fundada em meados do séc. XVI, em princípios do séc. XIX foi promovida à Cidade, todavia seu aspecto de vila perdurou por mais um século, quando sua paisagem foi sobreposta, ou ainda, “diluiu-se” frente às transformações que se sucederam em sua estrutura espacial, conduzindo à descaracterização e, inclusive, “perda” de importantes e determinantes referenciais históricos da cidade: sua morfologia e tipologia urbana que compreendiam traços, monumentos, símbolos e outros elementos que se constituíram como fundamentais na arquitetura da cidade ou para o entendimento da cidade como arquitetura e na construção do ‘Lugar’¹⁰.

A estrutura espacial da Vila da Vitória foi impregnada de forte conotação simbólica e esta “construção de significados” exprimia-se em sua conformação territorial, especialmente em sua paisagem que se integrava ao meio ambiente e, a partir dele, se articulava, utilizando-o como material estrutural para a arquitetura da cidade. Sua configuração paisagística tradicional subsistiu até princípios do séc. XX, quando se observava, ainda, a conservação de um esquema e de sua escala.

⁹ ALMEIDA, Amylton de. *Blissful Agony*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1972. p.55.

¹⁰ O entendimento da cidade como arquitetura refere-se à arquitetura como a construção do ‘Lugar’ e não apenas a imagem visível da cidade e ao conjunto de suas arquiteturas; o Lugar é simbólico, significa mais do que o ‘local’, pois contém significados culturais que sintetizam e representam sua existência no mundo natural. NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar**. In. NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Entretanto, a posteriori, negligenciou-se a orgânica do sítio como processo histórico, a partir do implante de extensos aterros e da excessiva atenção às questões viárias, com a remodelação (retificação) de antigas vias e de seus traços irregulares, “extinguindo” as referências ao que outrora era entendido como cidade.

Lá fora a estação ainda não se definiu – o que só reflete a inquietação e o disfarce das pessoas [...]. Seria uma época propícia para mudanças radicais na planta da cidade – abrir cidades, derrubar árvores, prédios antigos, construir outros, pintar casas. É preciso esquecer [...]¹¹.

Arquitetonicamente, deu-se demasiada atenção a alguns monumentos, contudo, como obras arquitetônicas individualizadas sem a apreciação de sua perspectiva enquanto parte integrante de um conjunto, da paisagem como um todo.

Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado. Por outro lado, os conjuntos, mesmo que não disponham de edificações excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosfera produzida por obras de arte diversas e articuladas¹².

Ora, entendemos que até mesmo uma intervenção em um monumento histórico deve considerar suas articulações com o tecido urbano e com a paisagem, pois: quais seriam as reais possibilidades de conservar um ‘centro histórico’ a partir de operações pontuais e, além disso, qual seria a valia em conservar tal monumento já que ele se encontra num ambiente com o qual ele não dialoga mais?

Desta maneira, para uma proposta de intervenção coerente neste centro histórico, seria essencial entender o sentido do simbolismo na estruturação da Vila da Vitória, assim sendo, mais importante do que a salvaguarda de um monumento ou outro, seria a conservação de sua escala, da integridade paisagística da cidade.

Atualmente, os monumentos do centro histórico de Vitória, em sua maioria, constituídos por templos religiosos, passaram de referenciais paisagísticos da vila e da cidade antiga a monumentos ocultos na paisagem da cidade contemporânea. Justamente os templos, que representaram papel significativo em sua conformação, um papel definido, fundamentalmente, na sua interação com o ambiente.

¹¹ ALMEIDA, Amylton de. *Blissful Agony*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1972. p.22.

¹² MANIFESTO, 1975.

O componente religioso foi um dos principais elementos da estruturação urbana, haja vista que, além dos templos, as ruas e praças eram locais de rituais e práticas, caracterizando o “espaço público” de Vitória como um espaço sagrado¹³.

Insistimos que, ao compreender o sentido do simbolismo para o centro de Vitória, deve-se destacar seu principal eixo fundacional e estruturante de sua evolução: o eixo Colégio dos Jesuítas (atual Palácio do Governo) – Matriz (atual Catedral). Ainda que este eixo exista, enfraqueceu-se como o principal articulador do espaço.

Logo, a questão principal desta análise se refere à alteração da estrutura espacial e de seus significados simbólicos, transformados e/ou esvaziados de conteúdo. Como efeito deste processo, os habitantes foram perdendo suas referências, aquilo a que se convencionou chamar de ‘pertencimento ao Lugar’.

[...] a cidade, que era a sua cidade. [...] A velha cidade ficando tão distante [...] uma cidade nova surgindo tão longe de você, tão alheia a você. E todas as coisas se renovando e você tão inadaptada às coisas novas, tão apegada às coisas antigas: ao antigo cais, às ruas envelhecidas, ao tempo que Vitória era algumas esquinas [...]¹⁴.

Deste modo, “o vínculo substancial das pessoas com a visão da cidade se perdera [...] a cidade não reconhecia espaço, figura, movimento”¹⁵; sentiam-se estrangeiras, pois sua fisionomia transformou-se drasticamente após o processo de modernização e, em especial, com a verticalização urbana a partir da dec. de 1940.

Almeida insurgiu-se diante destas transformações desejando uma catástrofe: “podia ter um furacão aqui só para derrubar esse monte de edifícios”¹⁶.

A descaracterização espacial em outras cidades, assim como o caso de Vitória, conformou-se e tem se conformado em uma perspectiva homogeneizadora, logo, em detrimento de suas especificidades, devido às intervenções nelas realizadas, tais como os processos de renovação urbana, sobretudo em seus centros históricos, considerados inadequados, impróprios para a vida urbana moderna.

¹³ RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX**. In. SOUZA, Luciene Pessotti & RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). *Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. p.208.

¹⁴ ALMEIDA, Amylton de. *Blissful Agony*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1972, p.32.

¹⁵ Ibid., p.46.

¹⁶ Ibid., p.14.

Em ‘As cidades invisíveis’, uma das cidades descrita nos aproxima de Vitória e, aqui, assim como o personagem desta obra, todas as vezes que se descreve uma cidade queremos expor algo a respeito de nossa cidade:

[...] a nova abundância fazia a cidade extravasar de novos materiais edifícios objetos; afluía gente nova de fora; nada e ninguém tinha a ver com a Clarisse ou as Clarisses anteriores; e, quanto mais se estabelecia triunfantemente no lugar e com o nome da primeira Clarisse, mais a nova cidade percebia afastar-se desta, destruí-la com a velocidade dos ratos e do mofo: apesar do orgulho do novo fausto, no fundo do coração sentia-se estranha, incongruente, usurpadora. [...] Seguiram-se outras deteriorações e outras pujanças em Clarisse. As populações e os costumes mudaram diversas vezes; restam o nome, o lugar em que está situada, os objetos mais resistentes. [...] A ordem de sucessão das épocas havia se perdido; que existiu uma primeira Clarisse é uma crença muito difundida, mas não existem provas para demonstrá-lo [...]”¹⁷.

A cidade nunca deve ser dissociada de sua trajetória ou da busca e do reencontro de sua própria singularidade, desta maneira, este reencontro ou a ‘Reconciliação’ é “a ideia de que aquilo que o sujeito acredita ser novo, não é mais que a renovação retornando ao mesmo lugar que é o lugar do mesmo”¹⁸.

Logo, a partir do reconhecimento de que a cidade é obra de um longo processo e que deixa sinais em seu percurso, compreender e dar visibilidade a estes sinais é imprescindível para (re)conciliar suas especificidades, *a cidade específica*, assim, “o passado fortificaria o presente pelo aprofundamento temporal e pela perspectiva associativa” com “a interiorização do tempo, ou o tempo que se fez transparente”¹⁹.

Entendemos que, deste modo, refletir sobre o centro histórico da cidade de Vitória significa articular processos que se deram diacrônica e sincronicamente, ou seja, processos com uma continuidade linear e que coexistiram com camadas distintas.

Logo, por intermédio da análise sobre a formação urbana de Vitória (séc. XVI - XVIII) e sua configuração espacial, investigam-se questões que tratam, simultaneamente: do desenho histórico da cidade e de sua integração à paisagem circundante, da locação de suas construções notáveis; procurando relacionar esses elementos e suas características simbólicas como articulados e independentes entre si.

¹⁷ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.99.

¹⁸ RYKWERT, Joseph. **A ideia de cidade**: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.XVIII.

¹⁹ Ibid., p.XXIII.

Nestas várias e distintas relações busca-se, essencialmente, uma contextualização da arquitetura com o *locus* – revelando o que lhe foi reprimido, reconciliando-os – e de sua intrincada trama de significações, em especial, as delineadas na paisagem. Estamos cientes que revelar os significados de uma paisagem exige certa destreza, é como adentrar em outro momento histórico e, de maneira autoconsciente, representá-la em um nível no qual as suas significações sejam expostas.

A história, o passado, é um instrumento importante de compreensão do presente, dando sentido à experiência, sendo usada para melhor entender as questões atuais, mesmo sabendo que este entendimento é limitado e parcial, mas, é a partir dele que se podem traçar formas de intervenções que considerem os aspectos de um Lugar.

O centro histórico insere-se, aqui, numa análise que vai para além das existentes, uma abordagem insuficientemente examinada e tão pouco esgotada de apreciação. Apresentamo-lo numa investigação histórica/teórica e num viés de análise simbólica.

[...] a representação simbólica nunca pode ser confirmada pela representação pura e simples do que ela significa; o símbolo, em última instância, só é válido por si mesmo. Não podendo figurar a infigurável transcendência, a imagem simbólica é transfiguração de uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato. O símbolo é, pois, uma representação que faz aparecer um sentido secreto. A metade visível do símbolo, o “significante”, estará sempre carregado de máxima concreção e a outra metade do símbolo, a parte de invisível e de indizível que faz dela um mundo de representações indiretas²⁰.

Nesta análise, a paisagem é tida como um importante modo de significação humana,

[...] pode ser lida como: um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo; como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço; como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre materialidade e as representações simbólicas²¹.

²⁰ DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1982, p.11-12.

²¹ RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p.9.

Desta maneira, a paisagem pode ser decodificada a partir da análise iconográfica: “estudo iconográfico busca investigar o significado de uma obra de arte inserindo-a em seu contexto histórico e, em particular, analisar as ideias implicadas, provenientes da imagem”; já que tal imagem (ex: mapa) é um tipo de linguagem. Em sentido restrito, a análise iconográfica trata da identificação do convencional, dos símbolos escritos conscientemente e num sentido mais profundo, detalhado, investiga as camadas, os estratos dos símbolos e os seus significados intrínsecos²².

Para a análise simbólica da paisagem da Vila da Vitória (séc. XVI - XVIII), recorreremos aos materiais iconográficos dos séc. XVII, XVIII e do séc. XIX²³. Na interpretação destes, buscaram-se evidências, isto é, quaisquer indícios, informações que revelassem os significados contidos na paisagem da Vila da Vitória. Estruturamos esta pesquisa nos seguintes capítulos: ‘Paisagem’ e ‘Vila da Vitória’.

Em ‘Paisagem’ – capítulo 1 –, apresenta-se, inicialmente, a etimologia do termo, buscando situar no espaço-tempo o surgimento da palavra/conceito e, a posteriori, analisa-se o processo histórico no qual se constituiu a ideia de Paisagem.

Em ‘Vila da Vitória’ – capítulo 2 –, antes da apresentação do objeto de estudo, expõe-se as principais referências culturais que influenciou o urbanismo português e, por conseguinte, a construção urbana luso-brasileira, da Vila da Vitória.

²² COSGROVE, Denis; DANIELS, Stephen (ed.). *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. UK: University Press Cambridge, 2008, p.2.

²³ Incluímos imagens do séc. XIX, pois neste período, e até mesmo em princípios do século seguinte, ainda perdurava a sua “paisagem tradicional”, seu aspecto de vila.

2. PAISAGEM

2.1. A RAIZ DO TERMO PAISAGEM

Etimologicamente²⁴, paisagem se decompõe em ‘país’ e ‘-agem’:

país *sm.* ‘região, território, nação’. Do fr. *pays*, deriv. do b. lat. *page(n)sis*, do lat. *pagus* (V. PAGO) || **paisAGEM** | XVI, *paugage* XVI, *paizagem* 1656 etc. | Do fr. *paysage* || **paisAG-ISMO** XX || **paisAG-ISTA** 1844. Do fr. *paysagiste* || **paisANO** | *payzano* XVII | do fr. *paysan* || **paisEIRO** XX²⁵.

O termo ‘país’ e seus correlatos em outros idiomas: *pays*, *paese* e *país*, derivam de *pagus* que significa aldeia, povoado. *Pago*, já derivado de *pagus*, ao longo do tempo, transmutou-se em país, designando a ideia de região, território²⁶.

Já ‘-agem’ comporta as “noções de ‘estado, situação’, ‘ação’, ‘resultado da ação’”²⁷. Dedutivamente, “um país não é, de imediato, uma paisagem; há entre um e outro, toda a elaboração da arte; o país é, de algum modo, o grau zero da paisagem, aquilo que precede sua “artialização”²⁸.

Há duas maneiras de artializar um país para transformá-lo em paisagem. A primeira consiste em inscrever diretamente o código artístico na materialidade do lugar, sobre o terreno, a base natural. Artializa-se *in situ*. [...] A outra maneira é indireta. Não se artializa *in situ*, mas *in visu*, operando sobre o olhar coletivo, fornecendo-lhe modelos de visão, esquemas de percepção e de deleite²⁹.

O senso artístico está profundamente inserido no conceito de paisagem, logo, o país ao ser artializado, modelado artisticamente, se transforma numa paisagem. Na gênese deste conceito há algo que se refere ao modo de representar um país.

²⁴ A etimologia é a ciência que investiga as origens próximas e remotas das palavras e sua evolução histórica – étimo significa ‘vocábulo que é origem de outro’. CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

²⁵ *Ibid.*, p.572.

²⁶ MADERUELO, Javier. **El paisaje**: génesis de um concepto. Madrid: Abada, 2005, p.25.

²⁷ CUNHA, op. cit., p.21, nota 24.

²⁸ ROGER, Alain. **La naissance du paysage en occident**. In SALGUEIRO, Heliana A. (ed). Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar. São Paulo: CNPq/FAPESP/CBHA, 2000, p.1.

²⁹ *Ibid.*, p.1.

Em ‘As razões da paisagem’³⁰, o autor enuncia quatro critérios, ou condições, necessários para considerar a existência da paisagem em uma determinada cultura. Para tanto, deve haver alguma literatura que descreva as belezas da paisagem, jardins paisagísticos cultivados para o deleite, pinturas que retratem uma paisagem e, imprescindivelmente, uma ou mais palavras para dizer ‘Paisagem’.

Algumas culturas não reúnem nenhum ou apenas um destes critérios, já em outras, há duas ou três destas condições, mas lhes falta o essencial: a designação, o termo. A palavra paisagem, em si, surge na cultura ocidental como um termo pictórico, originando um gênero que adquire particular importância a partir do séc. XVII e no séc. XIX alcança sua máxima expressão³¹.

Até metade do séc. XVI não existe uma palavra específica que sirva para mencionar os fragmentos paisagísticos. Estes espaços eram tratados como fundos, até que progressivamente foram ganhando maior interesse plástico até reclamar uma especificidade e chegar a converter-se em um gênero autônomo³².

A paisagem nem sempre existiu e tampouco está presente em todas as culturas. Nem a palavra e tampouco seu conceito surgiram de maneira imediata, espontânea. Contudo, o conceito pleno de uma palavra surge, apenas, a partir de sua existência; a ausência não é mera questão linguística, está ligada a uma concepção de mundo.

³⁰ MADERUELO, Javier. *El paisaje*: génesis de um concepto. Madrid: Abada, 2005, p.18.

³¹ Ibid., p.38.

³² Ibid., p.27.

2.2. O OLHAR MODERNO SOBRE O MUNDO³³

Paisagem é uma palavra moderna, isto é, “firmada” na Idade Moderna (séc. XVI), e sua invenção reflete e representa uma transformação axial da percepção de mundo, do “olhar da Idade Média” (séc. V - XIV) para o “olhar Moderno”:

Na Europa, entre 1500 e 1700 d.C., a concepção medieval de um cosmo vertical foi lentamente suplantada por uma forma nova e cada vez mais secular de representar o mundo. A dimensão vertical vinha sendo substituída pela horizontal; o cosmo estava perdendo o seu lugar para um segmento plano, estático, da natureza, denominado paisagem³⁴.

“Durante o séc. XV, prolongando-se por todo o séc. XVI, a Europa atravessou um período de dúvida sobre si mesma e sobre o seu conceito de mundo”, criando outro, “incompatível com a estrutura simbólica do homem medieval”³⁵.

O homem, ao longo deste período, vai se desvencilhando dos tabus da mitologia e de uma religiosidade teocêntrica; torna-se antropocêntrico em sua visão de mundo, e a interpretação que faz deste, passa a se dar em bases empíricas e gnosiológicas. O homem do séc. XV – renascentista antropocêntrico – não deixa de ser religioso, mas começa a assumir para si o controle do “espaço e tempo”.

Seria lógico pensar que, durante o Renascimento, com o mundo em expansão, na ânsia de novas realizações, quando o homem se liberta de tantos vínculos tradicionais, quando a crítica dá novas asas ao pensamento e quando tantos costumes do passado são revistos, se produzisse uma profunda transformação nas cidades dos homens. Não obstante, nada disto, ou quase nada, acontece³⁶.

³³ Por ‘mundo’ entende-se o princípio de ordem que regula a matéria, não devendo ser confundido com a matéria física em si, pois apesar da relação do homem com o mundo natural pressupor a sua relação com o ser físico dos objetos envolve também aspectos metafísicos. In. CALAFATE, Pedro. **A ideia de Natureza no século XVIII em Portugal (1740 - 1800)**. Lisboa: INCM, 1994, p.20-22.

³⁴ O cosmo é uma concepção de mundo e sua dimensão vertical é algo mais que espacial, inclui a noção de tempo carregada de significado transcendental em que o homem exerce um papel social-profano, preso ao tempo, e outro mítico-sagrado, transcendendo o tempo. In. TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980, p.148.

³⁵ CARITA, Helder; CARDOSO, António Homem. **Tratado da grandeza dos jardins de Portugal ou da originalidade e desiases desta arte**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990, p.45.

³⁶ CHUECA GOITIA, Fernando. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p.101.

Assim, o movimento da renascença é, acima de tudo, um movimento intelectual. O auge deste processo se consolida a partir do séc. XVIII com o ideário iluminista, com o homem ocupando lugar central e a razão como acesso a verdade do mundo, produzindo explicações universais e instituindo um “geral abstrato” aplicado à vida.

O termo Paisagem, em sua origem, está associado ao Renascimento (séc. XV) e particularmente a pintura, meio determinante para “difusão” desta palavra/conceito. É neste período, ou ainda um pouco antes, que a ideia de paisagem germina, delineando uma nova relação entre homem e mundo natural.

“O Renascimento é frequentemente citado como o lugar dessa transformação do conceito de pura ideia da natureza em visibilidade e, em decorrência, a aparição da palavra e da coisa “paisagem”, datada pelos historiadores entre 1300 e 1450”³⁷. A principal evidência desta mudança está representada na pintura deste período, visível sobretudo em sua comparação com a pintura medieval.

A questão da pintura está, certamente, na origem dessa descoberta e a pintura com paisagem se diferencia, desde então, dos esquemas icônicos precedentes, que tinham como objetivo situar os personagens de uma história de maneira codificada³⁸.

As pinturas medievais eram deficientes em perspectiva, a natureza era um cenário e compunha os fundos, enquanto no primeiro plano inseriam-se figuras humanas desvinculadas do segundo plano, dos fundos, preenchidos com símbolos avulsos.

Na arte medieval o sol é representado como um disco dourado no alto do céu. Não produz sombra nem desempenha papel unificador no quadro. O sol, no século XV, foi colocado no horizonte e brilhava na paisagem [...] é mais do que um símbolo na composição³⁹.

Enquanto isso, os pintores renascentistas utilizaram-se amplamente da perspectiva que fez com que as personagens passassem da “frente” para “dentro” da paisagem.

³⁷ CAUQUELIN, Anne. **Paisagem, retórica e patrimônio**. In. Revista de Urbanismo e Arquitetura. Salvador, v. 6, 2003, p.25.

³⁸ Ibid., p.25.

³⁹ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980, p.162.

A paisagem era um elemento importante na pintura renascentista, assim como o era na pintura do final da Idade Média, anunciando uma nova concepção de natureza. Contudo, a paisagem, na pintura, assume maior importância a partir do séc. XVII, quando passa a ser representada como o tema central da obra.

Mas “não se trata somente da história da pintura”, embora sirva

[...] para se localizar as transformações das formas gerais do pensamento, dos grandes dispositivos conceituais a partir dos quais elas são elaboradas, e aquilo que pode ser visto aparecendo no fundo dos quadros, as paisagens, se liga em breve à ideia de natureza e vale por ela segundo um procedimento de transporte metabólico⁴⁰.

Nas mudanças de pensamento da concepção do mundo medieval para o moderno, “a natureza, da qual podíamos conhecer somente a ordem geral, pode então ser percebida pelas manifestações sensíveis, por intermédio dessas invenções que são as pinturas e as descrições de paisagens”⁴¹.

É fundamentalmente neste período, de princípios do séc. XIV à meados do séc. XV, que a ideia de paisagem se anuncia, sobretudo a partir do pensamento humanista. Petrarca (1304-1374), precursor do Humanismo, na ascensão ao monte Ventoux inaugura a paisagem, este “olhar moderno sobre o mundo”:

[...] Petrarca, decidindo escalar a montanha para simplesmente fruir da vista que pode ser desfrutada do seu cimo, teria sido o primeiro a encontrar a fórmula da experiência paisagística no sentido próprio do termo: a da *contemplação desinteressada*, do alto, do mundo natural aberto ao olhar⁴².

Nesta época eram incomuns escaladas sem motivos relevantes, talvez se escalasse por algum sacrifício em nome de uma divindade ou para obter algum milagre. Todavia, ele subiu por curiosidade e, lá do alto, “viu a natureza por ele mesmo”⁴³.

⁴⁰ CAUQUELIN, Anne. **Paisagem, retórica e patrimônio**. In. Revista de Urbanismo e Arquitetura. Salvador, v. 6, 2003, p.25.

⁴¹ Ibid., p.25.

⁴² BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.1-2.

⁴³ Ibid., p.2.

É neste ponto, o da história das concepções da natureza e das relações práticas que o homem mantém com o mundo visível, que reside a “modernidade” de Petrarca. Contudo, tal modernidade deriva de uma tradição “filosófica”: da ‘teoria do Cosmos’, da contemplação da ordem divina do mundo a partir de um ponto distante, elevado.

Petrarca se apropria desta tradição e a natureza torna-se fruto do espírito teórico⁴⁴.

Em outros termos, a paisagem prolonga, na aparência sensível, o antigo cosmos. A experiência paisagística reconduz e veicula, no plano da estética, a densidade espiritual de uma situação filosófica. Petrarca, neste sentido, é tanto herdeiro quanto inovador, e a “transgressão” da qual ele teria sido o herói parece se efetuar segundo um código fixado há muito na ordem da vida espiritual⁴⁵.

Paulatinamente vai se instaurando outro olhar sobre a natureza, visão que se projeta cada vez mais dessacralizada, isto é, a partir da laicização dos elementos naturais, libertando-os de referências místicas, já que enquanto submissos a estas tradições, estes elementos eram símbolos distribuídos e ordenados em um espaço sagrado.

O processo de desmistificação e de dessacralização, ou melhor, a laicização do mundo moderno não é mais que a denegação da natureza como misteriosa região de potências incontroláveis do mito e do sagrado. [...] A região do mito e do sagrado, no passado – não tão remoto assim – era a natureza. A natureza era o que se encontrava além dos limites da cidade, o espaço não protegido, não organizado, não construído⁴⁶.

Logo, o homem moderno ao dessacralizar-se e, também, desmistificar o mundo, assume outra situação existencial, renegando o apelo à transcendência medieval. Assim, a natureza torna-se produto de uma secularização progressiva do cosmo⁴⁷.

A experiência de uma Natureza radicalmente dessacralizada é uma descoberta recente, acessível apenas a uma minoria das sociedades modernas, sobretudo aos homens da ciência. Para o resto das pessoas, a Natureza apresenta ainda um “encanto”, um “mistério” [...] ⁴⁸.

⁴⁴ BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.2.

⁴⁵ Ibid., p.2.

⁴⁶ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.212-213.

⁴⁷ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.165-166.

⁴⁸ Ibid., p.126.

Este novo olhar sobre o mundo se projeta distante, em busca da fruição da natureza e da contemplação desinteressada, sem o propósito de captar sinais sacralizantes. É o que Petrarca faz, todavia a sua contemplação o reconduz a uma introspecção.

O que de fato descobre Petrarca quando ele contempla a paisagem que se lhe oferece a partir do cume do Ventoux? Essencialmente o espaço, mas sob a forma mais cruel que ele pode se dar, isto é, sob a forma de uma distância inexpugnável, sob a aparência da distância intransponível, de um intervalo que, tanto no plano geográfico quanto no temporal, não pode ser preenchido, mas somente percorrido pelo olhar e pela reflexão da consciência. A separação é vivida nos dois planos: o topográfico, do aqui e do ali, e o cronológico, do presente e do passado⁴⁹.

Este distanciamento entre o sujeito que contempla e o objeto de contemplação é tipicamente moderno: “o início da modernidade coincide com a morte da natureza”⁵⁰; daquela natureza mística e sagrada, instrumentalizada pelo homem pré-moderno. No início da Idade Moderna, incitado pelo fervor filosófico-científico renascentista, novas ideias de natureza foram sendo produzidas, entretanto,

“[...] a revolução científica e a correspondente consideração da natureza à luz de pressupostos mecanicistas não anulou, por si só, a prevalência de valores culturais, ligados a uma reflexão intensa a cerca da relação entre Deus e as criaturas [...]”⁵¹.

Ainda que para ciência moderna a natureza equivalha a um “sistema de leis” e não mais de signos, os séc. XVII e XVIII coexistiram com interpretações simbólicas, pois “guardava ainda bastantes recordações do espírito religioso”⁵².

Ao se deparar com a palavra natureza, o homem até o séc. XVIII pensava, imediatamente, no firmamento, já o homem do séc. XIX imaginava uma paisagem⁵³. Gradativamente, a percepção do mundo natural tornou-se essencialmente humana e a natureza, em si, não podia ser mais que bela, disposta na paisagem para o deleite.

⁴⁹ BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.6.

⁵⁰ SCANDURRA, Enzo. **Natureza e Cidade**. São Paulo: Margem, 2002. p.136.

⁵¹ CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)**. Lisboa: INCM, 1994, p.29-30.

⁵² Ibid., p.39 e 42.

⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.137.

A atitude estética para com a natureza ganha importância à medida que a mesma perde sua aura luminosa. [...] O cosmo do homem pré-moderno era lendário, a natureza era rica em símbolos, seus objetos podiam ser interpretados em diversos níveis e evocar respostas plenas de emoção⁵⁴.

“A natureza perdeu altura e profundidade [sua dimensão vertical, transcendente]; ganhou qualidades [estéticas] menos pretensiosas de charme e de beleza natural”⁵⁵.

Entretanto, nesta contemplação estética ainda se conservou certo prestígio religioso, pois para o homem de pensamento antropocêntrico, ou mesmo para o não-religioso, a natureza nunca é exclusivamente “natural”, ela passa a ter uma transcendência relacionada à arte, haja vista a importância do surgimento da pintura paisagística.

O homem profano, mesmo na mais dessacralizada das sociedades modernas, conserva vestígios do comportamento religioso, mas esvaziados deste significado⁵⁶.

Não há homem moderno, seja qual for o grau de irreligiosidade, que não seja sensível aos “encantos” da Natureza. Não se trata unicamente dos valores estéticos, ou higiênicos concedidos à Natureza, mas também de um sentimento confuso e difícil de definir, no qual ainda se reconhece a recordação de uma experiência religiosa degradada⁵⁷.

A invenção da paisagem representa uma transformação axial e esta mudança se reflete com o emparelhamento dos significados das palavras paisagem e natureza.

A noção de paisagem e a sua realidade apreendida são de fato uma invenção – um objeto cultural sedimentado, tendo a sua função própria, a de garantir permanentemente os quadros da percepção do tempo e do espaço. Ela foi pensada e construída como um equivalente da natureza; assim, graças à paisagem, teríamos um olhar verdadeiro sobre as propriedades da natureza⁵⁸.

⁵⁴ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980, p.162.

⁵⁵ Ibid., p.152.

⁵⁶ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.166.

⁵⁷ Ibid., p.126.

⁵⁸ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2008, capa.

O pensamento científico estabeleceu “uma divisão entre uma natureza mítica e simbolicamente considerada, a qual se tem por “falsa” com relação a uma natureza “verdadeira”, situada ao lado do objeto”⁵⁹. Este modo de tratar todo ser, ou coisa, como “objeto geral” é tipicamente moderno, reflexo desta cultura técnico-científica, isto é, simultaneamente como se ele, o ser, nada fosse para nós e estivesse, entretanto, predestinado aos nossos artifícios⁶⁰.

No principio [antes da modernidade], tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas [...]⁶¹.

Desta maneira, tornou-se uma natureza com face humana, um “ambiente social”, produto de uma construção social que faz com que seja construída uma simpatia entre artefato e natureza e aproxima os conceitos⁶².

O homem, mesmo sendo parte integrante desse mundo natural, seria fator novo e qualquer intervenção sua na natureza envolveria sua transformação em cultura, ainda que esta transformação não seja sempre visível, já que, de alguma maneira, ele atribui valor às coisas, dotando-as de significados.

A ideia de natureza vai para além de sua objetividade,

A natureza é um objeto enigmático, um objeto que não é inteiramente objeto, seu sentido existe, mesmo na ausência do pensamento que o elabore. A natureza não está inteiramente diante de nós, como objeto separado [...] não é aquilo que está adiante, mas aquilo que nos sustenta⁶³.

⁵⁹ CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)**. Lisboa: INCM, 1994, p.24.

⁶⁰ MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito**: seguido de A linguagem indireta e as vozes do silêncio e A dúvida de Cézanne. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p.13.

⁶¹ SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002, p.65.

⁶² CIPRIANO, Diego Mendes; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. **O estudo da natureza da/cidade**: algumas contribuições da história da ambiental. Revista do PPGEA/FURG-RS. 2009, p.5.

⁶³ MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Sinteticamente e generalizando, existiria a ‘natureza natural’ e a ‘natureza cultural’. Contudo, existem culturas diversas e com distintas concepções de natureza, logo, existem muitas “outras naturezas”, tantas quantas são as culturas.

De certo, o contato entre homem e natureza é, sempre foi, simbólico e significativo, entretanto em níveis distintos, pois inexistente uma relação única com o mundo natural, já que esta decorre das várias concepções que o homem sustenta sobre a natureza.

[...] as diferentes sociedades humanas produzem suas concepções sobre o mundo natural, todas as formações sociais constituem significações sobre a natureza que são ‘funcionais’ a seus modos de produção, de maneira que suas concepções da natureza correspondem com suas formas de apropriação da natureza⁶⁴.

Ao longo do tempo, observa-se nas relações entre as sociedades e a natureza, a substituição do meio natural por outro mais artificializado – no sentido de artifício –, variando de acordo com a sociedade e seu grau de instrumentalização.

Esta relação entre as visões de mundo e as formas de intervenção sobre a natureza não somente cristaliza um metabolismo entre sociedade e natureza; ao mesmo tempo forja sentidos existenciais e modos de vida; identidades coletivas e atores sociais que mobilizam a história⁶⁵.

Para um entendimento mais apropriado das relações entre homem e natureza, principalmente no pré-moderno, recorre-se, de maneira breve e concisa, à história, em especial, a Antiguidade Clássica, Grécia e Roma, e a Idade Medieval.

⁶⁴ CIPRIANO, Diego Mendes; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. **O estudo da natureza da/nacidade**: algumas contribuições da história da ambiental. Revista do PPGEA/FURG-RS. 2009, p.4.

⁶⁵ Ibid., p.4.

2.3. O OLHAR PRÉ-MODERNO SOBRE O MUNDO

Em ‘A Paisagem do Homem’⁶⁶, o autor descreve sobre a conformação do entorno: a paisagem das distintas sociedades desde a Pré-história até a contemporaneidade.

Até o ano de 1700, o desenho paisagístico, com notáveis exceções, era predominantemente metafísico. Posteriormente, o ‘homem intelectual’ transpõe o ‘homem intuitivo’, e a paisagem – uma vez mais, com notáveis exceções – se converte em realista e profana [ou melhor, laica]⁶⁷.

Nota-se que nesta obra, dentre outras, em todos os períodos trata-se de “paisagem”, mas como isso é possível se esta palavra/conceito é uma invenção moderna? Para o autor, a história da paisagem remonta às primeiras manifestações culturais.

Assim sendo, até mesmo no período pré-moderno existia uma “paisagem”, isto é, aquela construída pelas civilizações antigas e medievais que, basicamente, buscavam seus espaços produtivos a partir da observação dos ciclos da natureza. É a ideia de “paisagem original”, que vai além da fruição estética moderna, abrangendo uma série de “significações culturais”, pois

Se se está de acordo que a paisagem é efetivamente uma produção cultural, as significações culturais que ela contém, e que são como que projeções da cultura sobre o “país”, não podem ser reduzidas unicamente a significações estéticas: é preciso também fazer jus a outros olhares culturais lançados sobre a natureza, a outros universos de significação, a outros conceitos e a outras práticas que, tanto quanto a estética, são investidas no território (investidas no sentido mais literal do termo)⁶⁸.

Nas distintas relações entre o homem e a natureza, ao longo da história, inferir que o olhar moderno sobre a natureza, que instaura a paisagem, seja unicamente estético, é equivocado – predominante seria mais sensato –, assim como o é, deduzir que apenas o homem do séc. XVIII-XIX passou a contemplar a beleza do mundo natural.

⁶⁶ JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE, Susan. *El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestro días*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2000.

⁶⁷ Ibid., p.8, tradução nossa.

⁶⁸ BESSE, Jean-Marc. *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.61-62.

Deste modo, ainda que a ideia de paisagem tenha sua origem na Idade Moderna, não quer dizer que antes não se observasse nada – sempre se observou a natureza, contudo contextualizada de outras maneiras.

Muitos livros de história sugerem que no Renascimento, subitamente, os homens se puseram a observar a Natureza, no entanto,

[...] a atenção dirigida pelo homem para a Natureza não data de uma época determinada. Entre ela e ele o diálogo nunca teve um começo – a menos que se prefira dizer que tenha começado com a própria humanidade – e nunca será interrompido⁶⁹.

Em síntese, até a Idade Média a natureza tem uma intensa significação simbólica, cosmológica e teológica, e sua interpretação era atrelada a uma concepção mística. Assim, o homem atribuía aos lugares e as suas “paisagens” um valor sagrado, investindo-os de símbolos, como forma de resposta, de reação ao mundo natural. Esta atitude com o mundo objetivou a demarcação da existência/presença humana.

Ao que parece, a paisagem como ordenamento do visível, cujo valor é, notadamente, estético, ainda não está presente, uma vez que sua percepção atribui valor ao processo, que se expõe diante dos olhos, em detrimento do objeto, da imagem, como acontece na paisagem a partir da Idade Moderna. Entretanto, pode-se dizer, sim, que ela sempre existiu no inconsciente, enquanto percepção dos ciclos da natureza⁷⁰.

A contemplação pré-moderna da natureza tinha o intuito principal do conhecimento, logo, a observação do mundo natural estava atrelada à compreensão de seus ciclos para o desenvolvimento de técnicas produtivas, e não apenas à questão estética. Resumindo, a contemplação é predominantemente “teórica” no período pré-moderno e essencialmente estética, própria da concepção da paisagem, na Idade Moderna⁷¹.

⁶⁹ LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990. p.201.

⁷⁰ CASADO, Tatiana Caniçali. **Cidade-Paisagem**: novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010, p.20.

⁷¹ BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.38.

Momento	História	Período	Concepção	Representação	Relação
Natureza e Homem	Idade Antiga	Clássico	Mítica	Literatura	Contemplanção Teórica
	Idade Média	Teológico	Divina	Bíblia	Temor
Homem e Natureza	Idade Moderna	Descobrimentos	Fisicoteológica e Mecânica	Pintura	Dominação Contemplanção Estética

Figura 1: Ideias de Natureza para o mundo ocidental. Fonte: adaptado de HENRIQUE, 2004.

O mundo natural, àquele tempo, era visto como um ambiente hostil, temeroso, características que, de certa maneira, dificultaram o lançar de um olhar estético. Contudo, esta percepção era mediada por projeções, haja vista a origem dos jardins: “O jardim oferece, com efeito, esse paradoxo amável de ser um fora dentro. [...] a meio caminho entre os dois perigos da natureza e da sociedade [...]”⁷².

Na história do jardim, paulatinamente, vai se revelando aquela transformação axial, de uma visão vertical de mundo para outra horizontal, culminando na paisagem. Inicialmente, os jardins eram lugar de contemplanção, mas de uma contemplanção que buscava observar, não apenas vistas deleitáveis, e sim outra ordem da natureza, revelando-se como um “universo protegido das contingências naturais”⁷³.

Por de trás da aparência de prestígio de um simples espaço de recreio ou de representação social, o jardim encerra em si uma necessidade profunda de toda a alma humana em criar na terra um paraíso⁷⁴.

No período pré-moderno, os jardins, encerrados no interior da cidade ou da casa, transparecem um conceito de “espaço cripto-sagrado”, pois cercados pelos muros, opõem-se a um espaço exterior entendido como profano, dominado pela natureza⁷⁵.

⁷² CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2008, p.63.

⁷³ CARITA, Helder, CARDOSO, António Homem. **Tratado da grandeza dos jardins de Portugal ou da originalidade e desiares desta arte**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990, p.45.

⁷⁴ Ibid., p.15.

⁷⁵ Ibid., p.15.

Em um período posterior, o homem moderno impõe seu gosto estético à natureza e no séc. XVIII, os jardins, ordenados sutilmente, adquirem aspecto orgânico, natural. O jardim representa o controle do homem sobre esta natureza que, “ordenada”, torna-se inofensiva, podendo ser contemplada em seus outros aspectos: estético. Entretanto, “o jardim, não é [...] a paisagem em formato reduzido”⁷⁶,

[...] o jardim não é a forma embrionária da paisagem, mas ele indica, de maneira poética e bucólica, os elementos e os instrumentos com os quais será construída a paisagem. O jardim se aproxima da paisagem por sua concepção genealógica como ordenamento da natureza [...]⁷⁷.

Deste modo, “a arquitetura e os jardins paisagísticos refletem, tanto como a pintura, certas atitudes básicas religioso-estéticas para o mundo”⁷⁸.

Em seguida, como dito anteriormente, recorre-se à história, sobretudo a partir de importantes exemplares que intermediaram a relação entre o homem e a natureza na Idade Antiga e Idade Média: o templo grego, a vila romana e a catedral medieval.

⁷⁶ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2008, p.65.

⁷⁷ CASADO, Tatiana Caniçali. **Cidade-Paisagem**: novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010, p.22.

⁷⁸ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980, p.157.

2.3.1. O templo grego

O termo paisagem está ausente do vocabulário grego clássico e, a coisa em si, ainda inexistente, mas existe outro termo, *topo*, que serve mais para designar um local do que propriamente uma paisagem⁷⁹.

[...] nenhuma descrição de paisagem nos diálogos de Platão [...] nada nos filósofos e nos historiadores, um cenário destinado a situar uma batalha, a traçar o ambiente para o estudo de costumes, uma projeção do espaço territorial dos traços retirados dos relatos de viajantes o “disseram”⁸⁰.

Contudo, a natureza, *physis*, é objeto de muitas descrições e distintas definições, não deixando dúvidas de que “a natureza não era figurada na forma da paisagem”. Basicamente, a *physis* designava a totalidade, o princípio fundamental, fonte de vida da qual surgiram e se desenvolveram todas as coisas que, ordenadas em conjunto, manifestavam-se em todos os lugares⁸¹.

Com essa ideia ou forma de natureza, que é preciso compreender nos seus meandros, não é absolutamente necessário, para apreendê-la, passar pela contemplação dos seus aspectos paisagísticos. [...] sua compreensão, pertence à ordem do intelecto, não da sensibilidade. A natureza não está para ser vista, mas para ser analisada. [...] e, se devemos utilizar uma metáfora para compreendê-la, essa viria da teologia, da cosmologia⁸².

Assim, os gregos dispensaram, de certo modo, a experiência sensível da natureza, sua contemplação é, fundamentalmente, teórica, pois “os dados dos sentidos não trazem informações sobre a natureza, mas sim sobre sua aparência (estética)”⁸³.

Para o olhar moderno, os lugares dos santuários gregos parecem ter sido selecionados por suas qualidades pictóricas, mas para os gregos anteriores ao século IV a.C., a terra era uma força que personificava os poderes que governavam o mundo [...] a natureza transmite virtude ou poder⁸⁴.

⁷⁹ CAUQUELIN, Anne. **Paisagem, retórica e patrimônio**. In. Revista de Urbanismo e Arquitetura. Salvador, v. 6, 2003, p.25.

⁸⁰ Ibid., p.25.

⁸¹ CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2008, p.45.

⁸² CAUQUELIN, Anne. **Paisagem, retórica e patrimônio**. In. Revista de Urbanismo e Arquitetura. Salvador, v. 6, 2003, p.25.

⁸³ Ibid., p.25.

⁸⁴ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980, p.169.

A construção da cidade grega estabelece uma analogia com o mundo natural e a escolha do local para sua fundação, ou ainda, para a construção de um templo, era de crucial importância, já que a ordem da cidade era a “ordem da natureza”.

A cidade grega, em si, estava relacionada a uma concepção mitológica da natureza e o templo era a manifestação pela busca de um sentido desta ordem cósmica que, na associação a natureza, concebe um microcosmo e traz o céu à terra (figura 2).

Graças ao templo, o deus está presente no templo. Essa presença do deus é em si mesma a extensão e a delimitação do recinto como um santuário. [...] Ali erigido, o edifício repousa sobre o solo rochoso. Repousando sobre a rocha, a obra extrai dela o mistério encerrado em seu suporte tosco, mas natural. [...] O firme alçar-se do templo torna visível o espaço invisível do ar. [...] A obra-templo, ali erigida, abre um mundo e ao mesmo tempo volta a situá-lo sobre a terra [...]. O templo, por simplesmente estar ali, dá às coisas sua face e aos homens a visão de si mesmos⁸⁵.

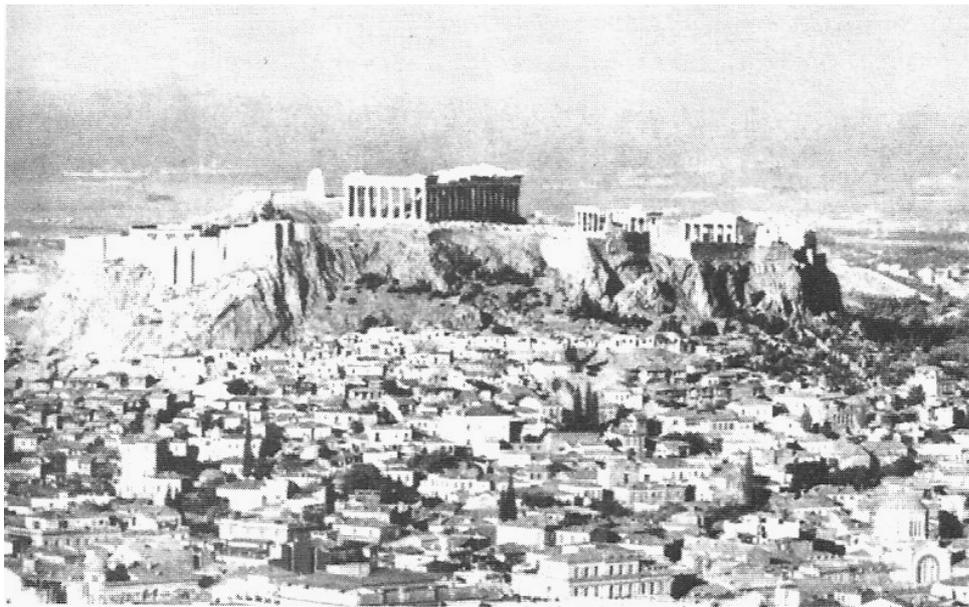


Figura 2: O templo grego. Fonte: ROSSI, 2001.

O lugar em que o templo está erigido, não é um lugar qualquer, ele é determinante, seu significado, oculto, é revelado pelo templo que faz as coisas surgirem como são. O local da construção intensifica e condensa, com exatidão, a estrutura da natureza e indica como o homem a percebe e estabelece sua relação com o mundo⁸⁶.

⁸⁵ NORBERG-SCHULZ, Christian. **O pensamento de Heidegger sobre arquitetura**. In: NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.463.

⁸⁶ Ibid., p.464.

Além dos templos, outros edifícios se dispunham conforme a “ordem da natureza”:

Os palácios cretenses eram construídos para que se adaptassem às forças da terra. O sítio ideal, no qual se construía o palácio, era um vale fechado, que tinha uma colina cônica ao norte e ao sul do palácio e uma montanha mais alta com dois cumes, localizada mais adiante da colina. O vale fechado era as mégaras naturais, o útero protetor. O cone simbolizava a forma maternal da terra; a montanha de dois cumes sugeria chifres ou mamas. Os gregos micênicos do continente compartilhavam desta atitude para com a paisagem⁸⁷.

O *locus*, investido de valor, estabelece uma “relação singular mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar”⁸⁸.

Desta maneira, a escolha do lugar tinha valor preeminente no mundo clássico, o sítio era regido por uma divindade local que presidia tudo o que ali acontecia e tanto os gregos quanto os romanos reconheciam nestes locais um espírito guardião, crendo que a sobrevivência, física e espiritual, dependia da harmonia com o lugar. O espírito do lugar, *genius loci*, se manifesta nos atributos específicos de cada sítio, o que indica, a priori, uma atitude reverencial às qualidades originais da paisagem, pois “o detalhe explica o ambiente e manifesta a sua qualidade peculiar”⁸⁹.

A observação e contemplação da natureza são uma espécie de alimento natural para as almas e para os espíritos; nós [os gregos] somos endireitados, parecemos nos elevar, passamos a olhar do alto as coisas humanas; pensando as coisas a partir do alto e as coisas celestes, desprezamos nossas coisas daqui debaixo como pequenas e mesquinhas. A busca das coisas que são ao mesmo tempo as mais altas e as mais escondidas nos traz prazer. E se encontramos alguma coisa que nos parece verdadeira nosso espírito se enche de uma nobre volúpia⁹⁰.

Trata-se de um prazer do espírito, pois este não cessa de contemplar a totalidade. Para os gregos, “cada edifício [nomeadamente o templo] era um fim em si mesmo e bastava-lhes que o mesmo fosse belo e acessível; não almejavam [o olhar estético], até onde podemos julgar, vistas panorâmicas”⁹¹.

⁸⁷ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980, p.169.

⁸⁸ ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.147.

⁸⁹ NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar**. In. NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.443.

⁹⁰ HADOT, Pierre. **O véu de Ísis**: ensaio sobre a história da ideia de natureza. São Paulo: Loyola, 2006, p.205.

⁹¹ ROBERTSON, D. S. **Arquitetura grega e romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.224.

2.3.2. A vila romana

A cultura romana não dispõe de uma palavra específica para designar paisagem⁹². “Encontra-se, de fato, em Vitrúvio, no seu *Da Arquitetura* (século I a.C.), um neologismo: *topia*, forjado a partir do grego *topos* [...]”⁹³ que, como já exposto, designa mais um local que propriamente uma paisagem.

Contudo, no séc. I a.C., mesmo sem apresentar tal palavra, desenvolveu a ideia, típica deste termo, que expressa o disfrute estético na contemplação da natureza.

As vilas romanas situam-se fora dos muros da cidade, em meio ao ambiente natural. Basicamente havia dois tipos de vila: uma rústica, voltada para produção agrícola, e outra urbana, “cuja denominação não se referia tanto a sua localização territorial quanto ao seu caráter de moradia senhorial”, que era

[...] um lugar de prazer, uma construção dotada de um grande jardim aberto para a paisagem e disposta em belos e salubres sítios, como encostas de colinas ou orlas marítimas e lacustres. Era o lugar para onde o rico cidadão romano se retirava durante alguns períodos do ano, distante da vida tumultuada da cidade, para buscar o contato com a natureza e desenvolver atividades culturais⁹⁴.

Outro tipo, a vila de campo, reunia os dois tipos básicos: o produtivo e o de prazer, que proporcionava aos nobres uma vida isolada, distante da conturbação da cidade. A vida na vila era movida pelo ócio, mas um ócio culto⁹⁵.

Era característico, da nobreza romana, construir suas vilas, ou casas de campo, sobre platôs, dando ênfase à vistas panorâmicas e através das janelas, os romanos, viam uma natureza emoldurada para o seu deleite⁹⁶.

⁹² MADERUELO, Javier. *El paisaje: génesis de um concepto*. Madrid: Abada, 2005, p.13.

⁹³ ROGER, Alain. *La naissance du paysage en occident*. In SALGUEIRO, Heliana A. (ed). *Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CNPq/FAPESP/CBHA, 2000, p.2.

⁹⁴ PANZINI, Franco. *Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea*. São Paulo: Editora Senac, 2013, p.98.

⁹⁵ *Ibid.*, p.98-99.

⁹⁶ CLARKE, John R. *The house of roman Italy, 100 B.C. – 250 A.C.: ritual, space and decoration*. Berkley: Los Angeles: London: University of California Press, 1991, p.19 e 20.

[...] the Villa of the Mysteries must have commanded a panoramic view of the Bay of Naples. Its plan, that of the villa suburban described by Vitruvius, reverses the usual order of the city domus-with-peristyle so that the tablinum and the reception suites clustered around it can enjoy the view through their ample windows⁹⁷.

[...]

There is evidence for a “view mania” also in Pompeii, where in the last decades of the first century B.C. houses with multiple stories along Pompeii’s high escarpment abandoned the traditional domus plan to take advantage of the ocean view⁹⁸.

A vila Laurentina disposta sobre a orla, cujas salas se abriam para belos panoramas, “onde se ouve o barulho do mar agitado, mas atenuado pela distância”⁹⁹ (figura 3).

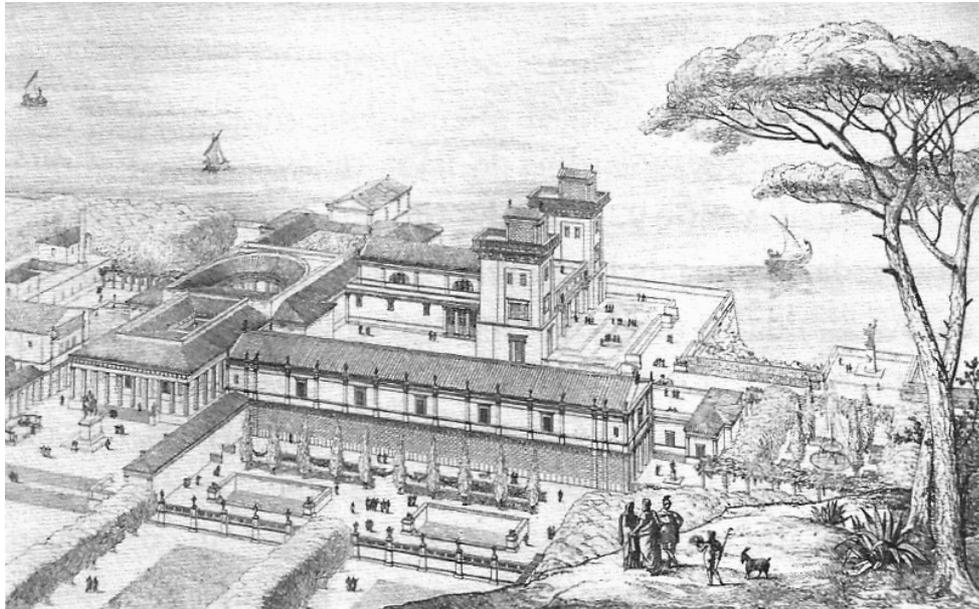


Figura 3: Vila Laurentina. Fonte: PANZINI, 2013.

⁹⁷ CLARKE, John R. **The house of roman Italy, 100 B.C. – 250 A.C.:** ritual, space and decoration. Berkley: Los Angeles: London: University of California Press, 1991, p.20.

⁹⁸ Ibid., p.21.

⁹⁹ PANZINI, Franco. **Projetar a natureza:** arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013, p.104.

A vila Medici, por sua vez, abandonou o modelo do jardim fechado e protegido, passando a tirar partido da potencialidade do lugar e a abrir-se para a paisagem, sendo erigida sobre uma colina para desfrutar a vista do vale do Arno¹⁰⁰ (figura 4).



Figura 4: Vila Medici. Fonte: PANZINI, 2013.

No séc. XIV, nobres famílias urbanas adquirem extensas propriedades rurais e, no século seguinte, instalam, ali, algumas vilas, que reaparecem em uma atmosfera de renovação cultural e filosófica do Renascimento; e estas vilas, do mesmo modo, eram construídas em locais elevados para desfrutar de vistas panorâmicas e, ainda, dotadas de outros elementos presentes nas antigas vilas, como jardins porticados, espaços verdes abertos e/ou fechados¹⁰¹.

¹⁰⁰ PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013, p.218.

¹⁰¹ Ibid.,p.217.

2.3.3. A catedral medieval

Na Idade Média, assim como na Antiguidade, a palavra paisagem ainda não existe e a ideia de natureza “sofreu uma constrição para não mais significar o Todo”¹⁰².

A natureza constituía a região do mito e do sagrado, oposta à ideia de civilização, era aquilo que estava do lado de fora do “recinto sagrado da civilização”, da cidade. Ao redor das muralhas havia ainda uma área habitável, o campo, e para além deste havia uma natureza inacessível, incógnita, contrária à ordem dos homens¹⁰³.

É muito provável que as defesas dos lugares habitados e das cidades tenham sido, no começo, defesas mágicas; essas defesas – fossas, labirintos, muralhas, etc. – eram dispostas a fim de impedir a invasão dos demônios e das almas dos mortos mais do que o ataque dos humanos. [...] na Idade Média, os muros das cidades eram consagrados ritualmente como uma defesa contra o demônio, a doença e a morte. Aliás, o pensamento simbólico não encontra nenhuma dificuldade em assimilar o inimigo humano ao demônio e à morte¹⁰⁴.

As cidades medievais resguardadas dentro de suas muralhas estavam, portanto, separadas fisicamente da natureza, contudo esta fronteira física era insuficiente. Deste modo, “o centro da cidade era sempre ocupado pela catedral”, este edifício era “a condensação das aspirações espirituais plasmadas de toda a cidade”¹⁰⁵.

[...] os ideais medievais encontraram na catedral a mais elevada expressão arquitetônica. O cosmo vertical do homem medieval está dramaticamente simbolizado por arcos pontiagudos, torres e espirais ascendentes¹⁰⁶.

A catedral desempenhava um papel essencial na morfogênese da cidade medieval, servia como ponto de atração para toda a estrutura urbana (figura 5).

¹⁰² TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980, p.152.

¹⁰³ ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.213.

¹⁰⁴ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.47-48.

¹⁰⁵ CHUECA GOITIA, Fernando. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p.89.

¹⁰⁶ TUAN, op. cit., p.157-158, nota 102.



Figura 5: Catedral St. Michel. Fonte: GOOGLE IMAGENS.

Em seguida, mostra-se como culturas distintas, de diferentes épocas, influenciaram, posteriormente, a fundação e o desenvolvimento das cidades portuguesas, e mais, de suas ideias de cidade e natureza, de sua concepção de mundo.

3. VILA DA VITÓRIA (SÉC. XVI - XVIII)

3.1. REFERÊNCIAS DO URBANISMO PORTUGUÊS

A cultura urbana portuguesa é composta por vários elementos de distintas culturas, herdados ao longo do tempo, dentre os quais se destacam:

[...] as estruturas autóctones, urbanas ou pré-urbanas; a herança clássica europeia, representada pelas influências grega e romana, quer diretamente pela sua presença entre nós [portugueses], quer pela sua reformulação teórica a partir da baixa Idade Média e do Renascimento; e a influência directa mulçumana¹⁰⁷.

O território atual que corresponde a Portugal foi ocupado, ao longo dos séculos, por diversos povos que, ali, deixaram as marcas de suas estruturas urbanas. Estas heranças, tradicionalmente distintas, tornaram-se as principais referências que influenciaram e compuseram a cultura urbana portuguesa.

[...] os Fenícios do séc. XII a.C. ao século VI a.C., os Gregos e os Cartaginenses nos séculos seguintes e, do século II a.C. ao século V d.C., os Romanos. Do século V ao VIII, o território esteve sob domínio dos Alanos, Visigodos e Suevos, e a partir do século VIII os Mouros ocuparam grande parte do território português. Em meados do século XII, Portugal constitui-se num estado independente, concluindo-se no século XIII a reconquista cristã do território¹⁰⁸.

Nas cidades portuguesas se observa uma multiplicidade de referências culturais:

[...] por um lado, a cultura mediterrânica, grega (que mais tarde se expressará também através da cultura mulçumana, ela própria herdeira da tradição do mundo mediterrânico), associada a uma cultura tradicional e vernácula; por outro lado, a cultura romana, mais tarde reafirmada e consolidada nas culturas renascentistas e iluminista, associada a uma cultura erudita, do poder¹⁰⁹.

“A especificidade do urbanismo português reside, em muitos dos seus aspectos, na síntese destas múltiplas concepções de espaço”¹¹⁰.

¹⁰⁷ TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.16.

¹⁰⁸ Ibid., p.16.

¹⁰⁹ Ibid., p.18.

¹¹⁰ Ibid., p.18.

No período anterior à ocupação romana, havia, naquela região, uns aglomerados, os castros, que além de localizados próximos à costa marítima e rios, situaram-se

[...] em pontos dominantes do relevo, em locais de difícil acesso e facilmente defensáveis, e as elaboradas cortinas de muralhas que os rodeavam eram justificadas por razões de defesa, as mesmas que haviam de levar, em sucessivas épocas históricas, à escolha de locais elevados para a implantação das cidades portuguesas¹¹¹.

Outras características dos castros também se refletem no urbanismo português, como a estrutura irregular dos traçados e a disposição de um local central que remete a ideia de centralidade e a hierarquização dos seus espaços¹¹².

Aproximadamente no séc. VIII a.C., Fenícios e Gregos ocuparam a costa marítima. Tal como eles, muitos séculos depois, os portugueses se desenvolvem junto ao mar e esta proximidade estava vinculada, principalmente, às atividades comerciais. Tanto as cidades gregas como, posteriormente, as cidades portuguesas compunham uma “vasta rede de trocas e de comunicações marítimas”¹¹³.

Além desta localização estratégica – estratégica, também, por outros propósitos –, subsistem outras características gregas nas cidades portuguesas, como:

[...] a escolha de sítios elevados para a implantação do seu núcleo defensivo; a estruturação das cidades em dois níveis: a cidade alta, institucional e política, e a cidade baixa, portuária e comercial; a cuidadosa adaptação do traçado das ruas às características topográficas locais [...]¹¹⁴.

A cidade lusitana deve muitas de suas características urbanísticas à cidade grega. A cultura urbana grega de caráter vernacular desenvolveu um modelo de cidade caracterizado pela irregularidade de seus traçados, estes, estruturados a partir dos edifícios singulares, religiosos ou cívicos, que produzem significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos que dão sentido ao espaço¹¹⁵.

¹¹¹ TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.16.

¹¹² Ibid., p.16.

¹¹³ Ibid., p.17.

¹¹⁴ Ibid., p.17.

¹¹⁵ Ibid., p.17.

Já a partir do séc. II a.C., com a ocupação romana, estes, fundam suas cidades baseando-se nos modelos de suas colônias, marcadas pelo traçado urbano regular. Deste modo, a cultura urbana romana, de caráter erudito, desenvolveu suas cidades a partir de um esquema geométrico pré-definido, planejado¹¹⁶.

A tradição de regularidade da cidade romana vai ser também uma influência e um componente importante da cultura urbana portuguesa por via erudita. A adoção de modelos racionais na cidade portuguesa é uma constante ao longo dos séculos, sempre associadas a ações de planejamento promovidas pelo poder: encontramos estes modelos nas cidades medievais planejadas dos séculos XIII e XIV, nas cidades do século XVI e XVII com influências renascentistas e nas cidades iluministas do século XVIII¹¹⁷.

A partir do séc. VIII d.C., com a invasão muçumana naquela região, até o séc. XIII, as cidades preexistentes sofreram inúmeras transformações em suas estruturas. “Os traçados urbanos de origem muçumana e os princípios que lhes deram forma constituem também um importante componente da tradição urbana portuguesa”¹¹⁸. Desta herança destacam-se seus casarios compactos e suas ruas tortuosas.

[...] as cidades muçumanas são também herdeiras de uma civilização e de uma cultura mediterrânicas, que as tornam semelhantes, em muitos aspectos, a cidades da cultura ocidental localizadas nesse mesmo espaço geográfico. Esta semelhança, que deriva da pertença a um mesmo quadro ambiental, justifica a aparente facilidade de adaptação mútua – quer por parte dos cristãos quer por parte dos muçumanos – às cidades construídas por uns e por outros durante os longos séculos de conquista e reconquista¹¹⁹.

No séc. XV, ainda arraigada a tradição helênico-islâmica e

No meio da euforia do Renascimento, e movidos pelos descobrimentos do novo mundo, os portugueses não encontraram espaço, nem vocação, para uma atitude racionalista de reflexão teórica. Logo, todo o movimento dos descobrimentos é ditado por um imperativo misterioso, que o ligou ao espírito religioso desenvolvendo por outro lado um espírito científico empírico e experimental. É na natureza que os portugueses buscam suas explicações. Uma nova concepção do mundo e da vida volta-se para a natureza, sentida como ordenadora de todas as coisas e infinitamente variada¹²⁰.

¹¹⁶ TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.18.

¹¹⁷ Ibid., p.17.

¹¹⁸ Ibid., p.19.

¹¹⁹ Ibid., p.19.

¹²⁰ CARITA, Helder; CARDOSO, António Homem. **Tratado da grandeza dos jardins de Portugal ou da originalidade e desiars desta arte**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990, p.45.

Desta maneira, a fundação das cidades coloniais portuguesas no novo mundo conjugaram, a princípio, aquelas tradicionais referências na sua concepção urbana: de cidades costeiras e comerciais, e concomitantemente, “planejadas”, isto é, de acordo com objetivos políticos de controle do território¹²¹.

[...] os espaços urbanos com as suas raízes simultaneamente na cidade cristã e na cidade mulçumana estavam ainda bem presentes nas cidades portuguesas do séc. XV, no início da expansão ultramarina. Este tipo de cidade, que havia evoluído ao longo dos séculos sincretizando as duas influências, constituía parte importante do quadro de vida, e consequentemente uma referência básica, dos construtores de cidades do além-mar¹²².

¹²¹ TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.18.

¹²² Ibid., p.19.

3.2. ASPECTOS GERAIS DAS CIDADES E VILAS LUSO-BRASILEIRAS¹²³

A história urbana portuguesa é indissociável da história urbana brasileira. Por um lado, as raízes do urbanismo brasileiro encontram-se em Portugal: é na tradição urbana portuguesa, de natureza vernácula ou erudita, que se vão radicar os traçados urbanos brasileiros dos séc. XVI a XVIII; por outro lado, muitos dos principais desenvolvimentos urbanísticos portugueses neste período, nos campos da prática e da teoria urbanística, encontraram [...] particularmente no Brasil um campo privilegiado de desenvolvimento e de experiência, vindo a reflectir-se posteriormente em Portugal¹²⁴.

Em ‘O urbanismo português’, o autor descreve os princípios urbanísticos que conformaram o desenvolvimento das cidades portuguesas:

[...] os séc. XIII e XIV, que correspondem em Portugal à construção de cidades medievais planeadas; os séc. XV e XVI, que correspondem ao desenvolvimento dos primeiros traçados urbanos modernos; o séc. XVII, que corresponde a consolidação de uma teoria urbanística erudita e ao crescente desenvolvimento de traçados regulares quer em Portugal quer no Brasil; e o séc. XVIII, que corresponde à plena expressão dos princípios da racionalidade iluminista nos traçados geométricos Pombalinos da segunda metade do século, em Portugal e no Brasil¹²⁵.

Os núcleos urbanos luso-brasileiros, fundados entre os séc. XVI e XVIII, partilharam de modelos urbanísticos e de características morfológicas similares radicadas da tradição portuguesa, contudo, apresentavam suas especificidades¹²⁶.

A expressão ‘cultura do território’ sintetiza, muito bem, as principais características das fundações urbanas de origem portuguesa, como as luso-brasileiras, traduzidas, especialmente, pelo modo como os seus núcleos, vilas e cidades, intimamente, se articulam e adaptam-se aos aspectos físicos do território¹²⁷.

¹²³ Os termos ‘cidade’ e ‘vila’ utilizados aqui, ora aparecem individualizados ora reunidos na expressão: ‘núcleos urbanos’. O termo ‘cidade’ se refere aos núcleos fundados pela Coroa ou àquelas vilas elevadas à categoria de cidade. Já ‘vila’ indica a fundação ao encargo de um donatário. Além da Coroa e dos donatários, destacam-se outros agentes estruturadores das vilas e cidades: instituições administrativas e religiosas, engenheiros militares, etc.

¹²⁴ TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p.13.

¹²⁵ Ibid., p.14.

¹²⁶ Ibid., p.216.

¹²⁷ TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.8.

A aventura portuguesa em terras brasileiras deu-se em um território incógnito, onde a posse e descoberta se faziam, praticamente, de maneira simultânea, demandando o domínio de ‘nós geográficos’ em busca de um lugar seguro¹²⁸.

Os fatores determinantes da aventura, ocidental, portuguesa de Quinhentos [século XVI], [...] teriam como consequência mais notável a hegemonia do fator geográfico na escolha do sítio ou lugar para os primeiros estabelecimentos – não só para assegurar as baías protetoras para as embarcações, como para localizar, por razões de segurança, as povoações em níveis quase sempre elevados¹²⁹.

Portanto, esta empreitada fora marcada pelo controle estratégico do território, revelado, sobretudo, na escolha do sítio a partir de suas características geográficas. A busca por uma “praticidade” fez deles mais geógrafos que conquistadores¹³⁰.

A base física do território era crucial, fator determinante, pois oferecia a matriz, o material estrutural para a fundação e organização de suas vilas e cidades, já que dispunha de uma estrutura espacial própria que influenciava em sua forma urbana. A origem desta forma decorria, geralmente, de referências naturais preexistentes, isto é, na qual o ambiente natural era submetido a um modelo espacial próprio, condicionado pela escolha do sítio e a forma pela qual ele seria transformado¹³¹.

Os primeiros contatos com o sítio se fez a partir de sua associação à estrutura física, a partir da qual se seguiram as “sugestões” para o desenvolvimento do traçado que, muitas vezes, se sobrepunha às linhas naturais do território, de tal modo que: “A cidade que os portugueses construíram na América [...] não chega a contradizer o quadro da natureza e, sua silhueta, se enlaça na paisagem”¹³².

¹²⁸ PESSÔA, José. **As cidades e a construção do território brasileiro**. In. PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (org.). Atlas de centros históricos do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p.18.

¹²⁹ PORTAS, Nuno. **Algumas (hipó)teses sobre o urbanismo português nos Brasis**. In. TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). A construção da cidade brasileira. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.18.

¹³⁰ PESSÔA, op. cit., p.18, nota 128.

¹³¹ GUERREIRO, Maria Rosália P. **A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras**. O caso de Ouro Preto. In. TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). A construção da cidade brasileira. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.47.

¹³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.110.

A fundação dos núcleos urbanos de origem portuguesa seguia o método indutivo, partindo do particular para o geral e, na interação do homem com a natureza aceitavam-se as “sugestões” do território, do que era próprio da paisagem; assim, as cidades e vilas luso-brasileiras não se impõem, ou mesmo se opõem ao território, mas constroem-se com e a partir dele, caracterizando-se, fundamentalmente, pela predisposição e capacidade de adaptação às pré-existências naturais.

As primeiras fases de desenvolvimento dos núcleos urbanos estavam associadas de perto à estrutura física do território, sendo esta determinante não apenas para a escolha de localização do núcleo urbano inicial, mas também para a definição do perímetro das fortificações, para a seleção dos locais dos principais edifícios institucionais, civis ou religiosos [...]¹³³.

Instalaram-se, a princípio, em sítios litorâneos, nas confluências de baías abrigadas ou próximas às margens de rios, e ainda, em territórios de topografia irregular, situação determinante para que o controle se fizesse de maneira mais adequada. Estes núcleos adaptam-se a topografia irregular, e mais, exploram-nas, haja vista a disposição em parte alta e baixa, características na estruturação destes espaços:

A cidade alta para além de corresponder ao núcleo defensivo, era o local do poder institucional, militar, político e religioso, aí se localizando também o tecido habitacional com um estatuto mais elevado. A cidade baixa correspondia fundamentalmente às atividades marítimas e comerciais [...] e as áreas habitacionais mais pobres¹³⁴.

Logo, ao mesmo tempo em que esta disposição tinha correspondência à topografia, expressava uma organização hierárquica e funcional daquela sociedade. Hierarquização que se evidencia, ainda, na abertura de vias dos núcleos urbanos, cujos principais caminhos eram traçados para ligar os seus principais edifícios. Destarte, as ruas da parte alta, que interligavam as principais edificações, tornaram-se os eixos estruturadores das vilas e cidades luso-brasileiras, e ainda, no encontro destas vias ou associadas a estes edifícios originaram-se “praças”¹³⁵. Na parte baixa, as ruas se desenvolviam ao longo de um percurso junto à beira-mar.

¹³³ TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.24.

¹³⁴ Ibid., p.24.

¹³⁵ Ibid., p.24.

As vilas e cidades luso-brasileiras desenvolviam-se em estreita relação com o sítio, logo, seus traçados tendiam a serem irregulares, naturais, espontâneos, orgânicos. Assim sendo, há na implantação destes núcleos urbanos “uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade”¹³⁶.

Em ‘Paradigma do caos ou cidade da conversão’¹³⁷, algumas teses interpretativas versam sobre a espontaneidade das cidades luso-brasileiras; destacam-se:

A ‘tese da desordem e do desleixo’ do historiador Sérgio Buarque de Holanda que interpreta as cidades coloniais portuguesas na América como não planejadas, tendo sido resultantes de uma desordem ou desleixo em suas fundações; interpretação esta que parece dominante nas discussões que trata destas cidades incidentalmente, isto é, sem que elas sejam os principais objetos de análise. Na contramão, as outras teses buscam se desvencilhar deste discurso dominante: a ‘tese da ordem pragmática’ que reconhece algum tipo de ordem nestas cidades, tais como os artifícios empregados para implantarem-se na topografia irregular; a ‘tese da organicidade medieval’, decorrente da suposta origem/herança medieval, devido sua preferência pela topografia disforme, a disposição da cidade alta e baixa; e a ‘tese da cidade como elemento de ordenamento civil e eclesiástico’ que revela a importância que as cidades tinham do ponto de vista administrativo e, sobretudo, religioso, elementos estruturadores das cidades no período colonial¹³⁸.

Estas teses delineiam alguns pontos comuns, mas cada uma privilegia um “olhar”, que articulados se complementam, rompendo com o conceito de ordem/desordem, uma vez que esta questão deriva da ideia do racionalismo urbanístico e científico que se estabelece apenas no séc. XIX, mas que predomina, sem sentido algum, nas mais variadas teses sobre a cidade colonial¹³⁹.

¹³⁶ SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p.18.

¹³⁷ Cf. TORRÃO FILHO, Amílcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007. p.29-82.

¹³⁸ Ibid., p.29-82.

¹³⁹ Ibid., p.80.

3.3. VILA DA VITÓRIA (SÉC. XVI - XVIII): ANÁLISE SIMBÓLICA DA PAISAGEM

Em 1534, a Coroa concede ao donatário Vasco Fernandes Coutinho uma capitania e já no ano seguinte, os lusitanos, liderados pelo fidalgo desembarcam na região. Chegam em 23 de maio – dia do Espírito Santo, data que batizará a baía e a Vila – e instalam-se, de início, na entrada da baía, contudo, constantes ataques de nativos e a maior suscetibilidade à investidas estrangeiras pelo oceano conduziu o donatário a transferir a vila para um local mais adequado (figura 6).

[...] Quando o donatário da capitania do Espírito Santo funda, em 1550, a vila de Vitória, na ilha de Santo Antônio, o faz em detrimento da povoação existente do outro lado que separa a ilha do continente e que passa a denominar-se, desde então até os dias atuais, Vila Velha¹⁴⁰.



Figura 6: Espiritu Santo, ca. 1624 (de Reys-boeck). Fonte: REIS FILHO, 2000.

¹⁴⁰ PESSÔA, José. **As cidades e a construção do território brasileiro**. In. PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (org.). Atlas de centros históricos do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, p.19.

Esta figura, a mais antiga de que se tem conhecimento, retrata o *Espiritu Santo*

[...] com um esquema geográfico muito sumário. Não registra a condição de ilha do sítio de Vitória e apresenta o canal, que forma a ilha, como "Rio de Espiritu Santo". O primeiro plano da figura mostra Vila Velha, controlando a entrada do canal e, à sua frente, o Morro do Pão de Açúcar [o Penedo, mas sua posição é do outro lado da baía]. Mais adiante, registra a presença de uma fortaleza [Forte de São Miguel], que poderia ser no mesmo local do Forte de São João, construído no século seguinte. Sobre Vitória, mesmo apresentada de forma esquemática, podemos fazer várias observações. No desenho aparecem duas torres de igrejas. A mais afastada poderia ser a do Colégio dos jesuítas e a mais próxima a da Matriz. Ao fundo, sobre uma colina, o que seria a então pequena igreja dos frades franciscanos. As casas são apresentadas como se fizessem frente para a praia, à margem do canal. De fato, situavam-se então na borda da Cidade Alta, no mesmo nível das demais. Nesse caso, o que parece ser a frente das casas, voltadas para o canal, seria de fato seu fundo, na parte alta¹⁴¹.

Nesta figura e na epígrafe acima, pode-se interpretar, de antemão, certa simbologia na disposição espacial da Vila de Vitória: saltando aos olhos, percebe-se o território, no interior de um "rio" e de topografia irregular, cercado por uma cadeia de morros. Avultam-se, ainda, as torres das igrejas, tanto em Vila Velha quanto em Vitória, e uma fortaleza, possivelmente o Forte de São Miguel, todos em maior escala, destacando-se do restante pela sua imponência, ou melhor, por sua importância. Estes elementos tiveram papel estruturante na fundação e organização da vila.

Os detalhes realçados pela figura anterior são reiterados pela figura seguinte (7): Vila Velha à entrada da baía, o convento da Penha no outeiro e a Igreja do Rosário, mais adentro, da baía recortada, um território de topografia irregular com morros e intermediada por fortificações (Forte de São Miguel e o Forte de São Marcos); mais adiante, após o Pão de Açúcar (o Penedo, do lado correto), a Vila da Vitória com destaque para a Igreja de São Tiago / Colégio dos Jesuítas e a Igreja Matriz.

¹⁴¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000, ES 01b.

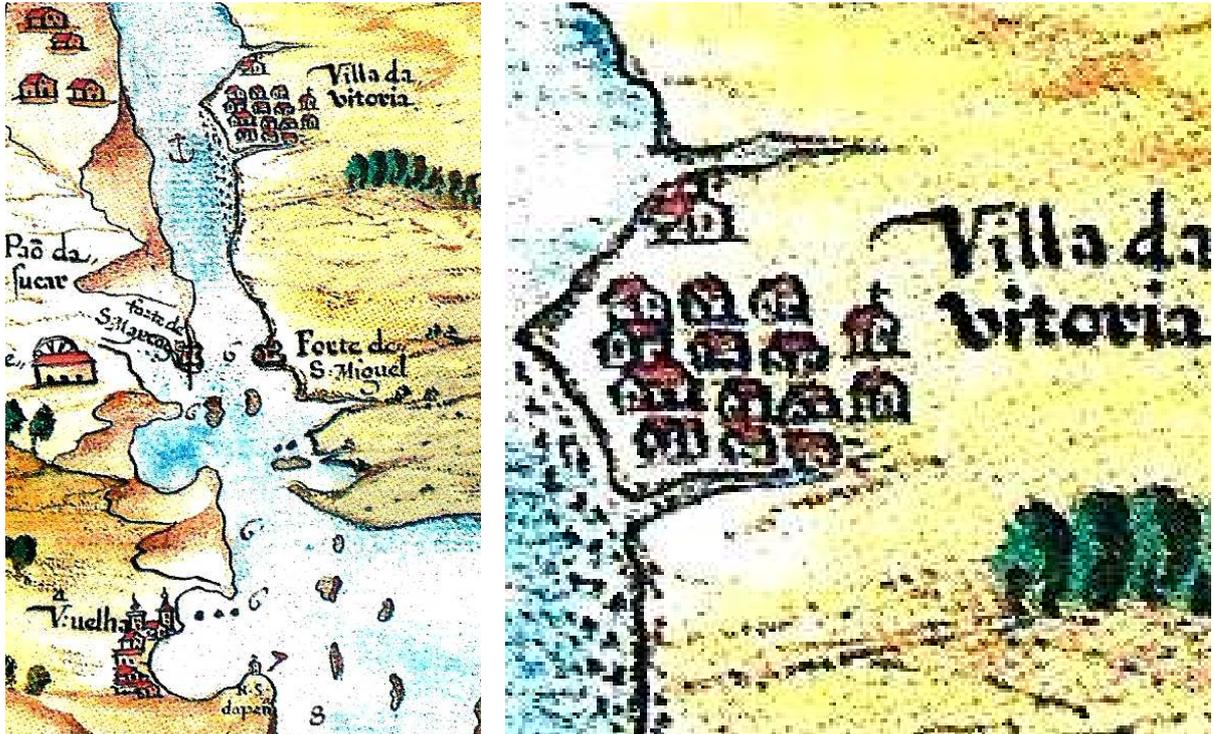


Figura 7: Capitania do Espírito Santo e Villa da Vitória, 1631 (de João Teixeira Albernaz).
Fonte: MAPOTECA DO ITAMARATY.

Outro detalhe notado, sobre a posição dos casarios, de frente ou não para o canal, evidencia-se na figura abaixo (8): provavelmente havia casas à margem da baía, contudo, as casas concentraram-se, a princípio e em geral, na borda da Cidade Alta, nas proximidades dos edifícios religiosos, todos estes voltados para o interior da vila.



Figura 8: Spiritus Sancto, 1660 (de Johannes Vingboons). Fonte: REIS FILHO, 2000.

Além destes, outros importantes dados podem ser relacionados a partir desta figura:

[...] as áreas em marrom indicam montanhas ou desníveis no terreno. Assim, o sítio de Vitória aparece como situado em um local mais elevado, com declividade em relação ao canal, bem como aos dois braços de mar que envolvem a vila, que facilitavam de início o desembarque das canoas e outras pequenas embarcações [...]. São indicadas duas igrejas, com suas torres, que poderiam ser a Matriz e a igreja dos jesuítas¹⁴².

Na figura 9, também com uma representação esquemática, identifica-se:

[...] na extremidade esquerda, o Colégio e a igreja dos jesuítas; pouco abaixo, uma das fortificações [Fortim de Santo Inácio], indicada como "Redutinho dos Padres"; à frente da cidade, vemos a principal fortificação, de Nossa Senhora do Carmo; no alto, à direita, a Matriz, com sua pequena sineira. A vila é indicada como cercada de água por três dos seus lados, encostando-se ao fundo do morro, ao pé da qual se indica o convento franciscano¹⁴³.



Figura 9: Villa da Victoria, 1775 (s/ autoria). Fonte: REIS FILHO, 2000.

¹⁴² REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000, ES 02b.

¹⁴³ Ibid., ES 08Ac.

Desde o início, buscou-se na conformação da vila um traçado orientado na natureza: implantada em um sítio no interior de uma baía abrigada, entre o mar e a montanha, e de topografia irregular; sua fundação se fez em conformidade morfológica ao sítio, principalmente em função de estratégias de controle territorial, assegurando a vila.

A ocupação efetiva da região da ilha de Santo Antônio se inicia a partir de 1537, quando uma grande área foi doada, em sesmaria, ao donatário Duarte Lemos que funda a nova vila, situada mais adentro e do outro lado da baía do Espírito Santo. Posteriormente, em 1550/1551, se consolida a Vila de Nossa Senhora da Vitória: seu nome celebra o feito do donatário na conquista e posse do território¹⁴⁴.

Além dos donatários, a Igreja Católica teve papel fundamental na formação da vila. Em 1551, os jesuítas se instalaram na região e, além de sua igreja e colégio, “construíram”, isto é, estruturaram grande parte daquele espaço e sua vida urbana. Esta estruturação compreendia traçados, monumentos, símbolos e outros, elementos que se constituíram como fundamentais na arquitetura da cidade e/ou para o entendimento da cidade como arquitetura e na construção do “Lugar”.

Logo, o poder da Igreja “foi muito mais amplo do que propriamente religioso”¹⁴⁵,

Em Vitória, como na maior parte das vilas do Brasil colonial, observa-se que o espaço público foi fundamentalmente conformado pelas instituições religiosas, são elas que estabeleceram os limites da [vila], influenciaram o traçado de suas ruas e praças, impuseram uma hierarquia nos percursos viários e investiram de significados simbólicos os ambientes e os artefatos da topografia urbana¹⁴⁶.

Deste modo, a estrutura da vila foi impregnada de forte conotação simbólica e esta “construção de significados” exprimia-se em sua conformação territorial, especialmente em sua paisagem que se articulava ao ambiente e que, a partir dele, se integrava, utilizando-o como material estrutural para a arquitetura.

¹⁴⁴ MATTOSO, José (dir.). **Patrimônio de origem portuguesa no mundo**: América do Sul. Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p.344.

¹⁴⁵ VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A construção dos imaginários de Vitória**. In. ABREU, Carol; MARTINS, Janes de Biase (org.). Vitória: trajetórias de uma cidade. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993, p.23.

¹⁴⁶ RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX**. In. SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. p.208.

A partir do séc. XVI, a estrutura inicial da vila delimitou-se no “interior”, ou melhor, nas proximidades da conformação estabelecida pela posição dos primeiros templos: a Capela de Santa Luzia, a Igreja/Colégio dos Jesuítas e a Igreja Matriz¹⁴⁷, configurando um “cinturão religioso” que a protegia espiritualmente (figura 10 a 14).

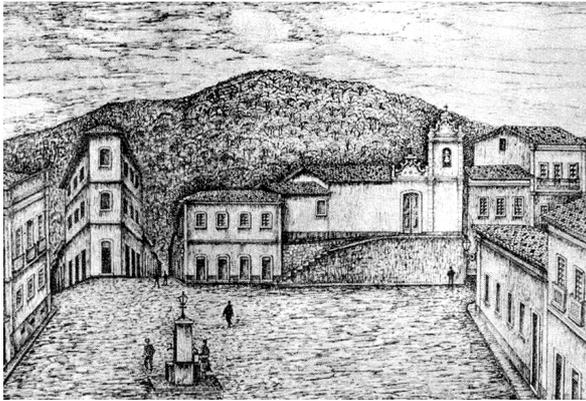


Figura 10: Capela de Santa Luzia.
(desenho de André Carloni)
Fonte: ELTON, 1986.

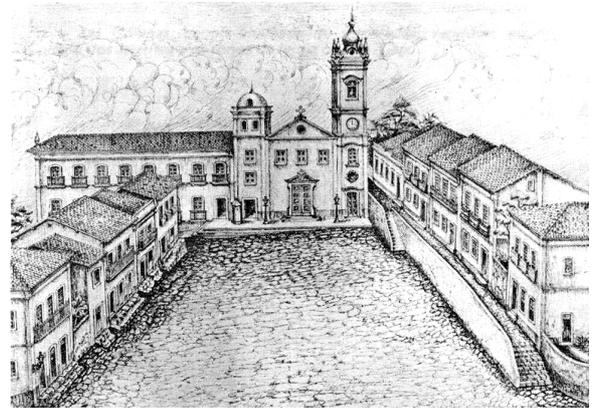


Figura 11: Colégio e Igreja dos Jesuítas.
(desenho de André Carloni)
Fonte: ELTON, 1986.



Figura 12, 13 e 14: Igreja Matriz em diferentes vistas. Fonte: APES.

¹⁴⁷ SOUZA, Luciene Pessotti. **Vila de Nossa Senhora da Vitória**: por uma perspectiva urbana no Brasil colonial. In. SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). *Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. p.173.

Dentro desta conformação havia, além dos templos, outro importante elemento: a Casa de Câmara e Cadeia – e o Pelourinho –, representante do poder do Estado, principal edifício de administração da vila, inserido no meio deste cinturão religioso, evidenciando a parceria deste com a Igreja na estruturação inicial da vila (figura 15).



Figura 15: Vila da Vitória, séc. XVI. Fonte: adaptado de REIS FILHO, 2000. (adaptado de Planta da Villa da Victoria de José Antônio Caldas)¹⁴⁸.

Esta organização ratifica a forte influência religiosa na configuração da vila e, ainda, indica uma relação dialética dos espaços: o sagrado, no interior desta conformação, e o profano, no exterior, espaço dominado pela natureza.

Esta disposição não é simbólica por si só, mas influencia como conteúdo simbólico: as procissões eram uma declaração direta de controle sobre este espaço simbólico, uma apropriação que ampliava seu simbolismo (figura 16).

¹⁴⁸ A Planta da Villa da Victoria do ano de 1767, de autoria do Engenheiro José Antônio Caldas, é a representação mais fidedigna dentre as iconografias referentes à Vila da Vitória (séc. XVI-XVIII). Deste modo, ela será utilizada para nossas análises, projeções e conjecturas.



Figura 16: Festa cívica em Vitória, 1908. Fonte: APES.

O principal eixo da vila 'Colégio dos Jesuítas/Igreja de São Tiago – Igreja Matriz' estabeleceu-se como o centro estruturador, sobretudo, devido às práticas rituais.

Neste trajeto realizavam-se a Procissão e a Entrada, ambos rituais religiosos. A Procissão se iniciava a partir do Colégio dos Jesuítas e ia em direção à Matriz: passava por um largo, que deveria ser o mais importante, pela Igreja da Misericórdia e pela Casa de Câmara e Cadeia e Pelourinho, edifícios representantes do Estado. A Entrada, por sua vez, era uma festa pública para recepção de visitantes ilustres que chegavam pelo porto e o caminho percorrido era uma variante do da Procissão, mas partia do Cais das Colunas, principal porta da cidade, e ia até a Matriz, passando pelo antigo Colégio Jesuítico, reafirmando a predominância deste eixo¹⁴⁹.

¹⁴⁹ RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX**. In. SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). *Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009, p.210.

O componente religioso foi determinante na estruturação e desenvolvimento da vila, haja vista que, em fins do séc. XVI, com a construção do Convento São Francisco, a vila se expande a norte da região, indo na sua direção, em um vetor de expansão que tem sua continuidade no séc. XVII, com a construção do Convento do Carmo, situação que evidencia e reitera o papel catalisador dos templos (figura 17).



Figura 17: Vila da Vitória, séc. XVII. Fonte: adaptado de REIS FILHO, 2000.

No séc. XVII, os templos ainda se configuravam como o limite espacial da vila, constituindo-se como uma fronteira entre o espaço profano e o espaço sagrado. Nota-se que os templos religiosos foram dispostos voltados para o centro da vila e observa-se em seus fundos a presença de um vasto mundo natural (figura 18 e 19).



Figura 18: Convento de São Francisco, ca. 1900.
Fonte: Acervo Dom Luiz Gonzaga Fernandes.



Figura 19: Convento do Carmo, ca. 1900. Fonte: APES.

As cercas religiosas fazem a transição entre estes espaços e estabelecem, ainda, uma composição simbólica entre os templos e o meio natural (figura 20 e 21).

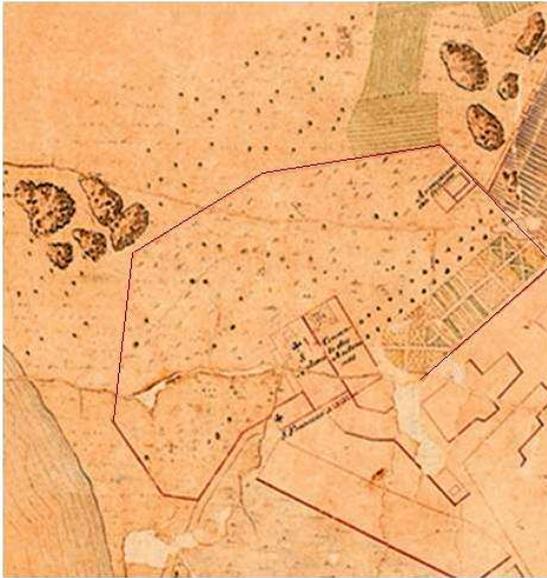


Figura 20: Cercas do Convento São Francisco.
Fonte: adaptado de REIS FILHO, 2000.

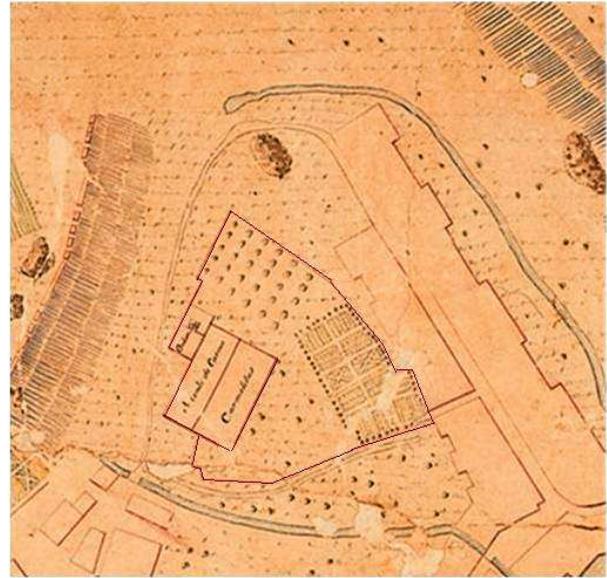


Figura 21: Cercas do Convento do Carmo.
Fonte: adaptado de REIS FILHO, 2000.

“A fronteira não é aquilo em que uma coisa termina, mas, como já sabiam os gregos, a fronteira é aquilo de onde algo começa a se fazer presente”¹⁵⁰; desta maneira, analogamente, pode-se inferir que os templos, “voltados de costas para a Natureza”, não estavam ali por este propósito, mas estavam, primeiramente, voltados de frente para o espaço da vila, da civilização: ela não termina ali; é dali que ela se inicia.

O sítio foi determinante para a implantação dos principais edifícios da vila que, dispostos em destaque, conferiram aspecto simbólico à sua estrutura paisagística.

¹⁵⁰ HEIDEGGER apud NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar**. In. NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006. p.450.

A Igreja e o Colégio dos Jesuítas foram erguidos em “lugar melhor, mais elevado, com vista para o mar [...] no penhasco a sudoeste da ilha, defronte à baía”¹⁵¹.

Esse lugar que faculta uma constante vigilância ao entorno é, ao mesmo tempo, o lugar que permite a observação de sua posição. Vê-se ao longe a igreja e o colégio como agentes do núcleo urbano, como representantes legítimos deste. Estão no alto, soberanos – uma simbologia de posição, de hierarquia –, o poder simbólico da altura concretiza-se na implantação de seus edifícios. A paisagem ao redor faz-nos perceber sua imponência [...]. A altura sacraliza o monumento, confere-lhe poder pela proximidade do céu [...]. É localização estratégica no sentido religioso e também profano: possui qualidades relativas ao sentido de poder e de conquista e também aquelas que dizem respeito à organização espacial [...]¹⁵².

Na escolha do sítio, os jesuítas, optaram por um local elevado, mas não o mais alto. Na Vila da Vitória existiam locais mais elevados como aqueles que, posteriormente, foram ocupados pelo Convento São Francisco e Convento do Carmo (figura 22).



Figura 22: Sítio do Colégio dos Jesuítas e Igreja São Tiago.
Fonte: adaptado de REIS FILHO, 2000.

¹⁵¹ OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e estratégia**: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J.O. Editora, 1988. p.38.

¹⁵² Ibid., p.34-38.

Os jesuítas preferiram outro lugar, ainda em uma posição elevada e, principalmente, centralizada, com um espaço plano à frente, ideal para o desenvolvimento do largo, um espaço estratégico “dominando a entrada da baía para o interior”¹⁵³ (figura 23).

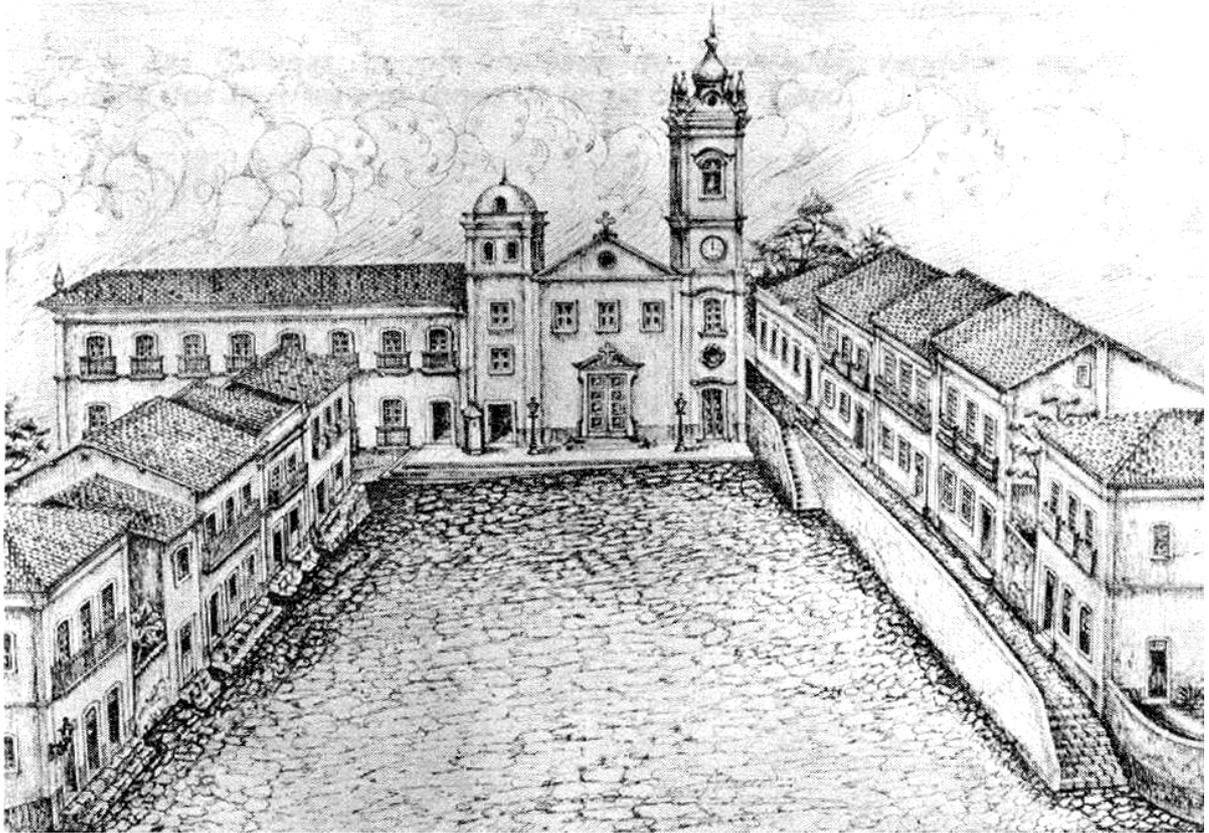


Figura 23: Igreja e Colégio dos Jesuítas, à frente, o terreiro (desenho de André Carloni).
Fonte: ELTON, 1986.

Outro fator determinante para a eleição do sítio foi sua proximidade a um leito fluvial, pois era fundamental o estabelecimento de um porto para apoio ao tráfego marítimo. Por isto dispensaram aqueles locais, mais elevados, todavia distantes da baía.

Assim, “situado no alto do penhasco, tendo o rio-mar à beira do terreno onde estava, o colégio dominava a região”¹⁵⁴ e, juntamente com a igreja de São Tiago, ao lado, “constitui o lugar como espaço fundador de Vitória [...], o primeiro símbolo civilizador da vila que marca a paisagem, tornando-a essência visível”¹⁵⁵.

¹⁵³ CARVALHO, J. A. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982, p.49 e 131.

¹⁵⁴ Ibid., p.50.

¹⁵⁵ MIRANDA, Clara Luiza. **A arquitetura e a esfera pública: o Palácio Anchieta e o sítio fundador de Vitória/ES**. In. PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). *A construção da cidade portuguesa na América*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2011, p.93.

Em finais do séc. XVII e no transcorrer do século XVIII, a vila vai se expandindo, devagar, em direção à encosta, “atraída” pela implantação de sistemas defensivos, devido à militarização do espaço, o que revela o papel determinante das fortificações que se tornaram um dos principais elementos morfológicos da trama urbana¹⁵⁶.

Este “cinturão militar”, composto pelo Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo (ou Forte da Vila), Fortim de Santo Inácio e Fortim de São Tiago (figura 24 a 26), implementou o sistema defensivo da vila, já que não contava com defesas próprias, apenas aquelas fortificações construídas no transcorrer do canal de acesso a Vitória.

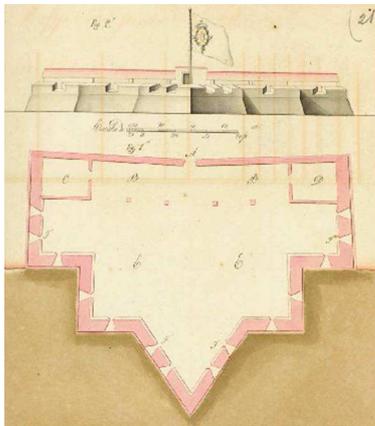


Figura 24: Forte da Vila.
Fonte: PRATA, 2010.

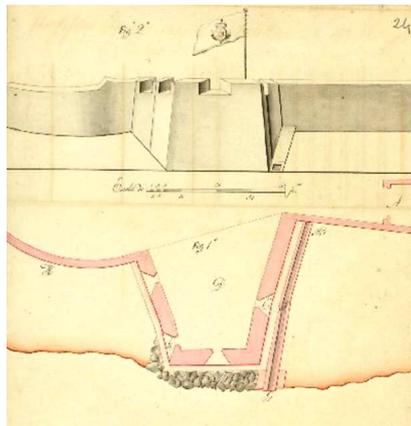


Figura 25: Fortim de Sto. Inácio.
Fonte: PRATA, 2010.

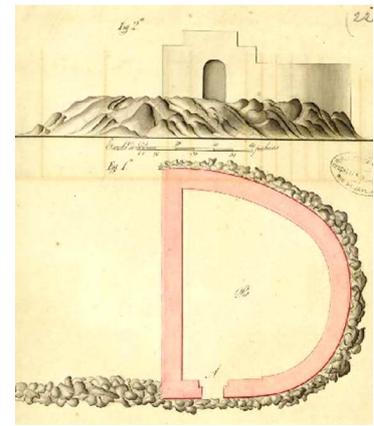


Figura 26: Fortim de S. Tiago.
Fonte: PRATA, 2010.

Desta maneira, configuram-se dois cinturões: um religioso, definido pelos templos, que constituía a defesa espiritual da vila, e outro militar, formado pelas fortificações que assegurava os limites físicos do território.

Se nos séculos anteriores, XVI e XVII, a configuração do espaço urbano da vila da Vitória “[...] possuía uma intrínseca relação com seu sítio de implantação e daquele que circundava os limites de sua área urbana [...]”, o século seguinte trouxe uma integração das estruturas defensivas à sua morfologia urbana, tornando-as um de seus principais elementos [...]. Junto às igrejas formavam os polos principais de ocupação¹⁵⁷.

¹⁵⁶ SOUZA, Luciene Pessotti. **Vila de Nossa Senhora da Vitória**: por uma perspectiva urbana no Brasil colonial. In. SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). *Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009, p.190.

¹⁵⁷ PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. **O patrimônio da posse**: um estudo da arquitetura militar do Espírito Santo no período colonial. 2010. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal Espírito Santo, Vitória, 2010, p.173.

Nos séc. XVII e XVIII outros templos religiosos foram erguidos na Vila da Vitória: Igrejas da Misericórdia (XVII), de São Gonçalo e do Rosário (XVIII) (figura 27 a 29).



Figura 27: Igreja da Misericórdia, 1908. Fonte: APES.



Figura 28: Igreja do Rosário, s/d.
Fonte: APES.

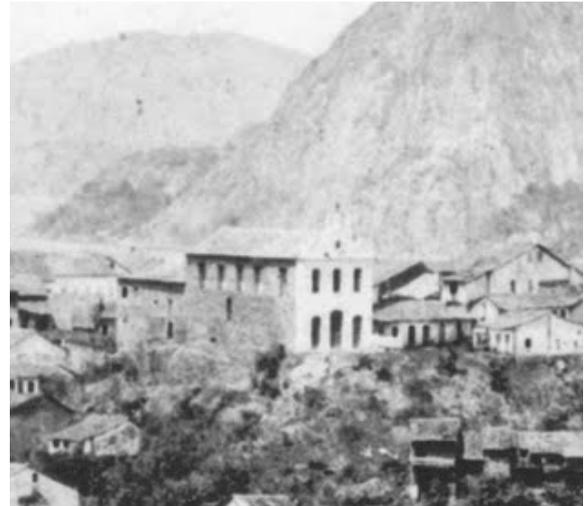


Figura 29: Igreja de São Gonçalo, séc. XIX.
Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Deste modo, estes novos templos compuseram, juntamente com as fortificações, a trama urbana de Vitória: tanto as Igrejas da Misericórdia quanto a de São Gonçalo, foram erguidas no interior do primeiro “cinturão religioso”, já a Igreja do Rosário, foi construída a nordeste do núcleo original da vila da Vitória (figura 30 e 31).



Figura 30: Planta da Villa da Victoria, 1767 (original de José Antônio Caldas).
Fonte: adaptado de REIS FILHO, 2000.

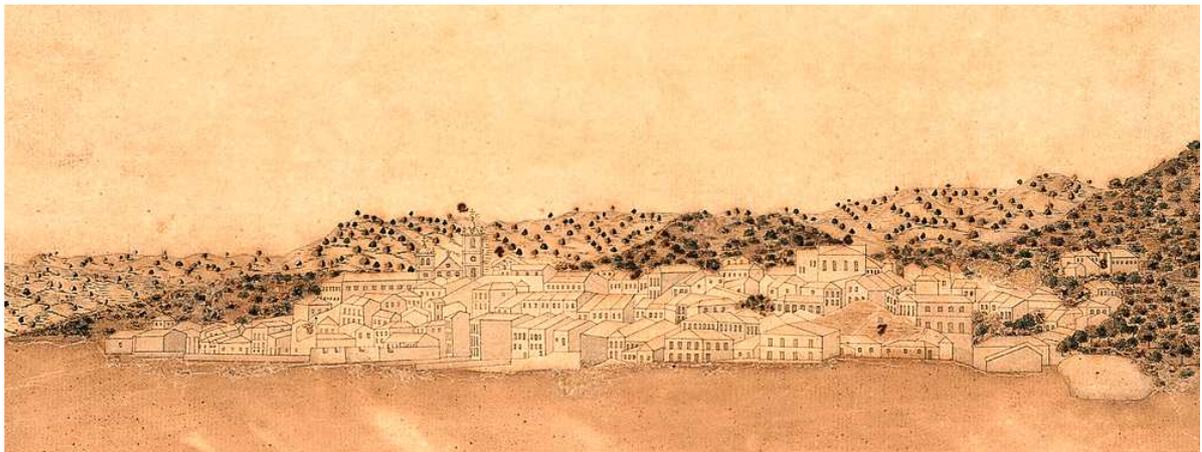


Figura 31: Prospecto da Villa da Victoria, 1767 (de José Antônio Caldas).
Fonte: REIS FILHO, 2000.

Nos fundos do desenho, à esquerda, vê-se uma parte superior do Colégio dos jesuítas e sua igreja, com duas torres de formas diferentes, enquadrando um frontão central, com linhas simples, de padrão renascentista. Na mesma linha, junto ao mar, vemos o forte da cidade, com suas ameias. Mais para a direita, no fundo, destacando-se sobre o casario comum, vemos o que deveria ser o fundo da igreja Matriz, situada nas bordas da Cidade Alta, desse lado. Na extremidade direita, isolado entre o arvoredo, vemos o convento franciscano. Junto ao porto, sobrados numerosos, dispostos em linhas sucessivas e escalonadas, em direção à Cidade Alta¹⁵⁸.

No prospecto nota-se uma horizontalidade do conjunto da vila, exceto pelos templos, a Igreja e Colégio dos Jesuítas e a Matriz, que sobressaem a essa horizontalidade, pois, além de situados nos cimos dos morros, destacam-se por seu porte e torres.

Na ‘Perspectiva da Villa de Victoria’, também se observam estes detalhes (figura 32):

O maior destaque aparece no antigo Colégio dos jesuítas, com sua igreja (A) e, na extremidade direita da colina, a Matriz, já com sua nova fachada com frontão trabalhado (B). Bem mais acima, vemos a igreja do Rosário (D); entre a Matriz e o Colégio dos jesuítas, a igreja da Misericórdia (C) e a Casa de Câmara e Cadeia (E), com dois corpos de telhado destacados. Ao centro, um grande cais avança em direção ao canal¹⁵⁹.

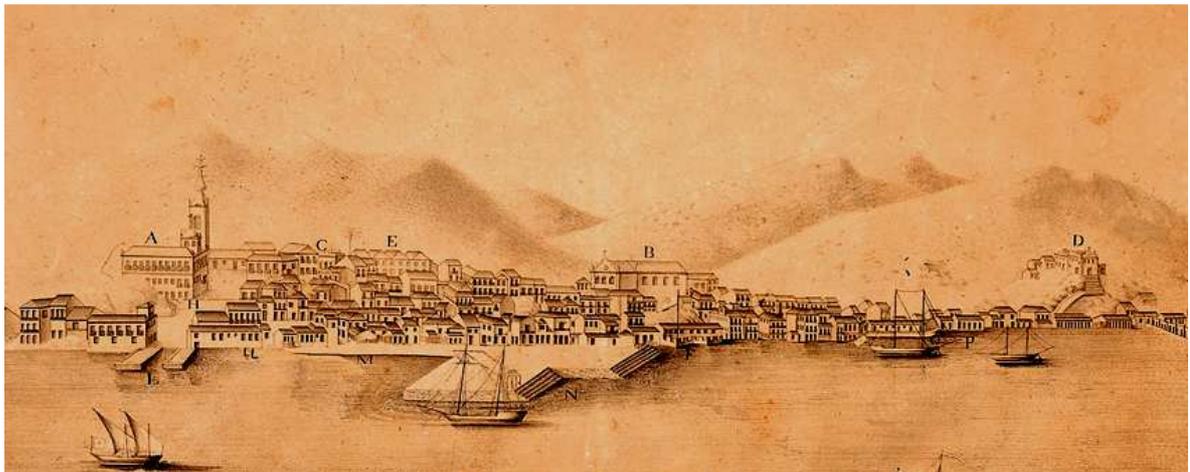


Figura 32: Perspectiva da Villa de Victoria, 1805 (autoria de Joaquim Pantaleão)
Fonte: REIS FILHO, 2000.

¹⁵⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000, ES 03b.

¹⁵⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000, ES 03b.

A Vila da Vitória em sua evolução urbana teve grande influência da Igreja Católica; instituição determinante que lhe forneceu suporte estruturante: moral e ideológico. Desta maneira, o sentido religioso deste espaço se torna uma realidade visível: o estatuto do sagrado em seu uso, forma e função, na esfera individual e/ou coletiva, foi fomentando pela Igreja que até meados do séc. XVIII estava ligada ao Estado. As características da vila ressaltavam sua sacralização: a localização dos templos, a nomenclatura das ruas, as numerosas e frequentes procissões e, inclusive, o próprio solo urbano, através de doações da Coroa, pertencia a Igreja Católica.

Contudo, a partir de meados do séc. XVIII, mais precisamente em 1759, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal e as reformas pombalinas de emancipação das colônias da tutela religiosa, a relação entre Igreja e Estado passaram por transformações significativas, com o Estado assumindo outros setores antes ligados a Igreja, estabelecendo, deste modo, o controle do poder público.

Paulatinamente foram se enfraquecendo os valores sagrados relacionados à vila, acompanhado, necessariamente, de inúmeras transformações no espaço urbano, impulsionados pelo ideário iluminista, de natureza contrária aos interesses da Igreja. Posteriormente, na era republicana, a vontade política de laicização da sociedade, deu-se um impulso significativo a Cidade dos Homens em contraposição a de Deus. Este processo de transformação é também conhecido e chamado de secularização.

A Cidade de Deus, sob a égide do sagrado, sinteticamente, era um lugar que preconizavam e privilegiavam a experiência religiosa cotidiana dos valores cristãos. Já a Cidade dos Homens, profana, rebatizou os lugares, o nome das ruas e praças. Assim, o uso do espaço urbano que lhe confere o sentido de sagrado ou profano.

“O projeto de civilização dos homens e de controle das terras fez a cidade de Deus, o projeto de secularização da sociedade fez a cidade dos homens”¹⁶⁰.

A Cidade dos Homens expressa esse novo tipo de sociedade e de vida urbana marcadas pelos valores sociais e econômicos do mundo contemporâneo, do individualismo e da competitividade, assim como uma visão científica do mundo; que mesmo reconhecendo a noção de Deus, exclui-a da vida cotidiana.

¹⁶⁰ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009, orelha.

3.4. CIDADE DE VITÓRIA (SÉC. XIX – XX)

Vitória, “promovida” à cidade em 1823, rompeu o séc. XIX com aspectos de vila, panorama que perdurou até princípios do século seguinte (figura 33 e 34).



Figura 33: Vitória, 1821-1895 (de Alfred Martinet). Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 34: Vitória, 1825 (de Charles Landseer). Fonte: RIBEIRO, s/d.

Contudo, mesmo no séc. XIX, o desenho da cidade já vai assumindo outras formas. Em 1889, com a instauração da República, a cidade se insere num novo processo. Os líderes políticos já ansiavam, há muito, pelo desenvolvimento urbano de Vitória, urgiam pela ruptura com a conjuntura colonial que se apresentava desde o séc. XVI, vista como obstáculo para o crescimento da cidade.

Seguindo pelo séc. XX (figura 35), diversos governantes se sucedem nos cargos, mas seus mandatos são marcados pelo mesmo propósito: a renovação da cidade, inserindo Vitória em um processo de modernização.



Figura 35: Vitória, 1910. Fonte: TATAGIBA, 2001.

Na epígrafe a seguir, Vitória, em 1826, é descrita por seu primeiro governante como:

[...] cidade velha de aspecto colonial, pessimamente construída, sem alinhamento [...] sem arquitetura, seguindo os caprichos do território, apertada entre a baía e um grupo de montanhas, não tem campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas¹⁶¹.

Deste modo, o sítio era considerado um empecilho para a modernização da cidade, exigindo diversas transformações para viabilizar seu desenvolvimento urbano. Dentre as principais intervenções realizadas destacam-se: a construção de aterros; a retificação dos traçados; e a verticalização das edificações.

¹⁶¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Relatório do Governo de Muniz Freire (1896-1900)**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, p.17.

Os aterros foram construídos com o intuito de possibilitar uma expansão territorial, assim como para promover o saneamento das áreas tidas como insalubres, contudo, também interferiram no contorno original, orgânico da cidade.

Em 1812 e 1819, foram iniciados os aterros das regiões próximas ao núcleo central: Campinho e Largo da Conceição, concluídos, respectivamente, em 1830 e 1860¹⁶². Estes aterros tornaram-se um parque (Moscoso) e uma praça (Costa Pereira), ambos, espaços abertos, diferente dos demais aterros posteriores (figura 36 e 37).

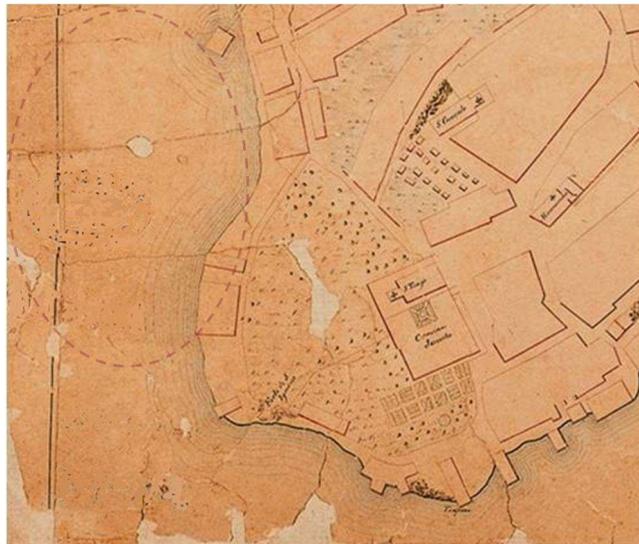


Figura 36: Área do aterro do Campinho.
Fonte: adaptado de REIS FILHO, 2000.

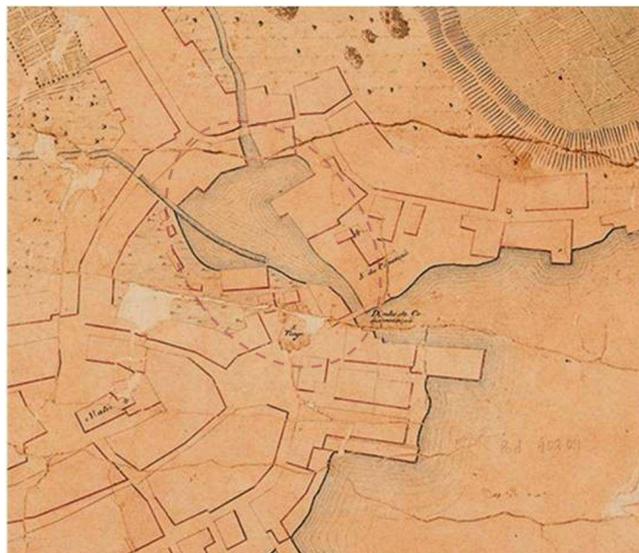


Figura 37: Área do aterro do Largo da Conceição.
Fonte: adaptado de REIS FILHO, 2000.

¹⁶² DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 2ª ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995, p.103.

Provável e possivelmente, a memória herdada destes locais como ‘espaços naturais’ serviram de referência para a intervenção daquela sociedade (figura 38 e 39).



Figura 38: Parque Moscoso. Fonte: Biblioteca Central UFES.



Figura 39: Praça Costa Pereira. Fonte: Arquivo Geral Municipal de Vitória.

Com os aterros planos, diferentes da topografia irregular do sítio, possibilitou-se o desenho de traçados regulares, como no aterro do Campinho (figura 40 e 41).



Figura 40: Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895, detalhe do Campinho. Fonte: APES.



Figura 41: Aterro do Campinho, detalhe para o traçado regular das vias. Fonte: APES.

Os traçados irregulares eram vistos como efeito de uma desordem do planejamento e isto fez com que até mesmo os traçados de origem colonial fossem remodelados.

Em meados da década 1920 fez-se o aterro da área próxima ao forte São João, e em 1950, o aterro da Esplanada Capixaba, expandindo a área urbana (figura 42). Cada vez mais tomada por novos aterros, desaparecia o traçado original da cidade.

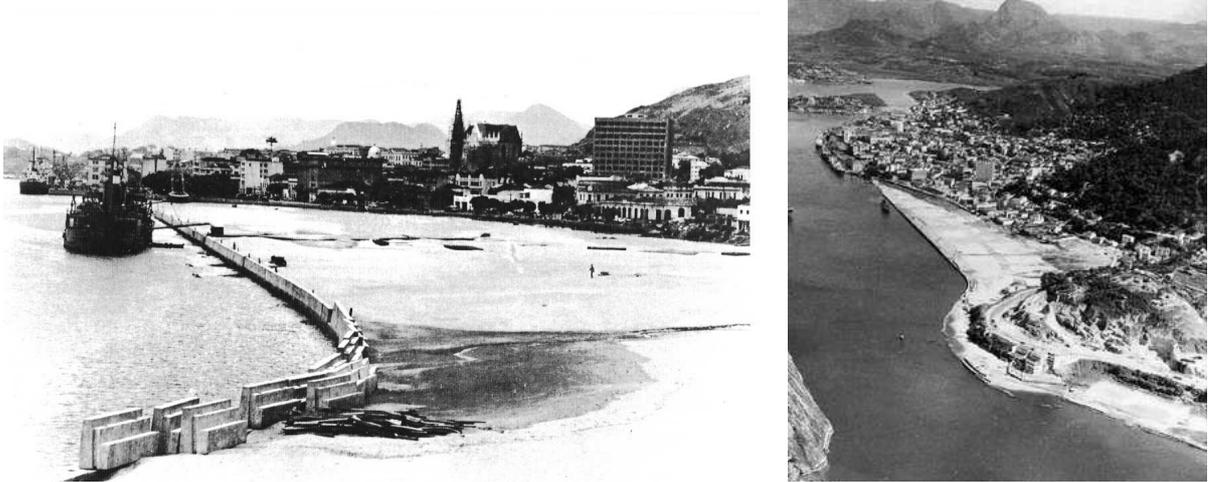


Figura 42: Aterro da Esplanada Capixaba, 1953. Fonte: APES.

A década de 1960 é marcada, ainda, pela continuidade do processo de aterramento entre Vitória e a Ilha do Príncipe, consolidado no final da década seguinte; assim,

[...] o recortado litoral da baía de Vitória foi passando por transformações que gradativamente eliminaram as franjas de manguezais aí localizados para assumir uma forma mais regular. [...] o traçado da cidade colonial foi sofrendo alterações em função dos acréscimos e respectivos projetos de ocupação das áreas aterradas que necessitavam se conectar com as áreas preexistentes¹⁶³.

A partir do exposto constata-se que a antiga Vila da Vitória e, até mesmo, a cidade do início do séc. XX, aquela que se adequava à topografia e espraiava-se no mar, não é mais facilmente percebida, pois as transformações, ao longo do tempo, desconfigurou seu aspecto tradicional que perdurou por quase quatro séculos.

No decorrer do séc. XX prosseguiu-se com os planos de modernização de Vitória: além dos jardins públicos e dos novos edifícios para o embelezamento da cidade, outras infraestruturas urbana foram readequadas ou inauguradas.

¹⁶³ SOUZA, Célia Ferraz de; FREITAS, José Francisco Bernardino. **Os portos e a modernização das cidades brasileiras no início do século XX: Porto Alegre e Vitória.** In. Diálogos: Urbanismo br. FREITAS, José Francisco Bernardino (org.). Vitória, ES: EDUFES; Niterói, RJ: EdUFF, 2010. p.33.

A readequação do porto, por exemplo, transformou a cidade numa praça comercial ao centrar as atividades num único ponto, substituindo os diversos cais existentes.

Até 1880, diversos atracadouros de embarcações encontravam-se situados na baía de Vitória. Destacavam-se, por suas intensidades de utilização, o Cais Schmidt – antigo Cais Queimados –, o Cais das Colunas ou do Imperador e o do Porto dos Padres [...] ¹⁶⁴.

Em suas obras, foi necessária a construção de um aterro que avançou sobre a baía. A localização do porto, na ilha ou no continente, foi motivo de discussão e impasse por questões políticas e técnicas, instalando-se, ao final, na ilha ¹⁶⁵.

O porto, neste local, entre a cidade e a baía, transformou uma relação histórica, pois seus galpões tornaram-se obstáculos físicos e visuais, haja vista que por ali, pelo Cais do Imperador e da Alfândega, era feito o acesso à cidade.

Acompanhando as obras de melhoria do porto, outras obras foram realizadas, principalmente aquelas voltadas para dar aparato ao porto e as novas demandas ¹⁶⁶. Para tanto se seguiu com intervenções na estrutura urbana, especialmente, a viária, a partir da implantação de uma ferrovia para escoamento da produção e, também, de novos eixos urbanos que acompanham o processo de modernização de Vitória.

Com estas mudanças a cidade vai se reconfigurando, adquirindo novos referenciais. Outras ruas e avenidas são criadas, tornando-se os principais fluxos urbanos, intercalando-se e, até mesmo, substituindo os antigos eixos da vila.

¹⁶⁴ SOUZA, Célia Ferraz de; FREITAS, José Francisco Bernardino. **Os portos e a modernização das cidades brasileiras no início do século XX: Porto Alegre e Vitória.** In. Diálogos: Urbanismo br. FREITAS, José Francisco Bernardino (org.). Vitória, ES: EDUFES; Niterói, RJ: EdUFF, 2010. p.30.

¹⁶⁵ A implantação na ilha oferecia condições técnicas mais econômicas para desenvolver o projeto, pois apesar da menor profundidade, estava assentada sobre pedras, diferentemente do continente, mais profundo, mas com maior volume de lama, que tornaria a construção mais difícil e dispendiosa. Além disso, a ilha era o ponto estratégico para a construção do porto, o governo capixaba já ponderava no desenvolvimento e ampliação do sítio urbano e, se, a implantação do porto estivesse fora da ilha, teria impedido o crescimento comercial da cidade. In. SIQUEIRA, Penha. **O desenvolvimento do porto de Vitória, 1870-1940.** 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1980, p.77.

¹⁶⁶ Até meados do século XIX, a produção açucareira predominou como base da economia capixaba, contudo, por não oferecer condições para a expansão econômica deu-se início a produção cafeeira, que algumas décadas depois, já monopolizava a economia do Estado.

Na década de 1930, surgiu uma curiosa proposta para o embelezamento de Vitória: a reconstrução da Catedral, no mesmo local, mas com a sua fachada principal voltada para o outro lado, disposta visualmente para quem adentrasse pela baía.

“O que eu desejo [...] é dar a esse templo melhor locação [...] de mais destaque”¹⁶⁷, disse o governante que propôs tal transformação na Catedral, e mais, disse que

Aos poucos o aspecto antigo e desordenado de Vitória irá desaparecendo e um ambiente moderno de higiene, conforto e bom gosto, se enquadrará amorosamente no panorama natural encantador, que a consagra como uma das mais belas escalas portuárias brasileiras¹⁶⁸.

Esta proposta, não implementada, revela uma preocupação estética do governante em tornar a cidade, e seus monumentos, em um atrativo para os visitantes, contudo, em detrimento do posicionamento original da Igreja Matriz, locada naquela região, mas voltada para o interior, delimitando a fronteira entre a cidade e a natureza.

Na década de 1940 inicia-se o processo de verticalização dos edifícios em Vitória. Este processo intensificou-se nas décadas seguintes, consolidando-se em 1970.

Com a verticalização das novas edificações, o panorama da cidade se transformou, interferindo em sua escala tradicional e obstando a visualização do conjunto urbano: a divisão entre cidade Alta e cidade Baixa e seus principais monumentos, tanto que, atualmente, estes, passaram de referenciais paisagísticos da vila e da cidade antiga a monumentos ocultos na paisagem da cidade contemporânea (figura 43).

Este é o instante em que Vitória perde suas características geográficas, as únicas que possui, e então se parece com qualquer cidade do mundo; em cada rua, em cada esquina, no rosto de seus habitantes. Vitória então se apresenta anônima¹⁶⁹.

¹⁶⁷ NOVAES, Henrique de. **Plano de urbanização de Vitória**. In. BRÍGIDO, Laerte Rangel. O município de Vitória sob o regime revolucionário – triênio 1930-1933. Rio de Janeiro: Oficina Alba Gráficas, s/d, p.195.

¹⁶⁸ Ibid., p.200.

¹⁶⁹ ALMEIDA, Amylton de. **Blissful Agony**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1972. p.55.



Figura 43: Cidade de Vitória, 1967. Fonte: APES.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais, nos apropriamos da ideia de paisagem de Cézanne:

Para pintar bem uma paisagem, primeiro tenho que conhecer a estratificação geológica [...]. Uma bela manhã, no dia seguinte, as bases geológicas aparecem-me lentamente, formam-se as camadas, os grandes planos de minha tela [...]¹⁷⁰.

Cézanne entende a arte como “uma harmonia paralela à natureza” e revela que “quis copiar a natureza”, mas, segundo o próprio artista, nunca conseguiu e então, percebeu que não devia limitar-se a copiar a natureza, mas sim interpretá-la¹⁷¹.

Ao interpretar a natureza, ele buscou tornar reais as “sensações” que ela despertava – “sensação”, como um fenômeno mantido pelo desejo, pela imaginação e memória, e que implica na organização consciente de sensações visuais, pois, não se trata, apenas, de atribuir características às coisas, mas de organizar essas sensações¹⁷².

Cézanne busca em contato com a natureza uma força ordenadora, sua “estrutura”. Logo, parte da percepção da natureza, mas dá-lhe uma forma correspondente à concepção que tem dela e, após a descoberta dos seus apoios geológicos, sua diretriz, segue a “construção” esboçada e sentida em relação a natureza¹⁷³.

Em fins do século XIX, Cézanne dispõe-se, especialmente, ao estudo de paisagens, com destaque para uma série de pinturas que realiza da Montanha Sainte-Victoire, cujas composições são obtidas por intermédio de uma grade de linhas horizontais, verticais e diagonais, sugeridas pela própria estrutura da paisagem que, diante dele, se impõe, fazendo-o estabelecer uma “harmonia paralela à natureza”¹⁷⁴.

Destacam-se, ainda, a série de pinturas do vilarejo de Gardanne (figura 44 a 46) em que Cézanne busca o “motivo” pictórico respeitando sua conformação.

¹⁷⁰ DÜCHTING, Hajo. **Paul Cézanne 1839-1906**: da natureza a arte. TASCHEN, s/d. p.209.

¹⁷¹ Ibid., p.203 e 214.

¹⁷² ABRIL. **Cézanne**. São Paulo: Abril, 2011. p.22-23.

¹⁷³ DÜCHTING, op. cit., p.193-217, nota 169.

¹⁷⁴ ABRIL. op. cit., p.134, nota 172.

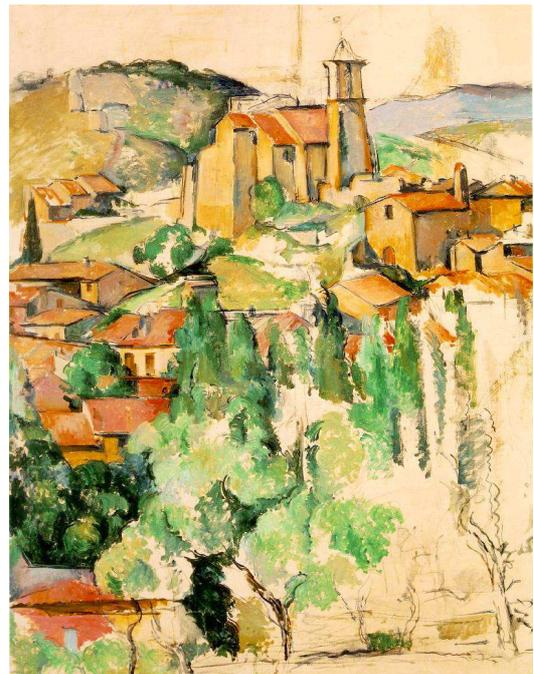
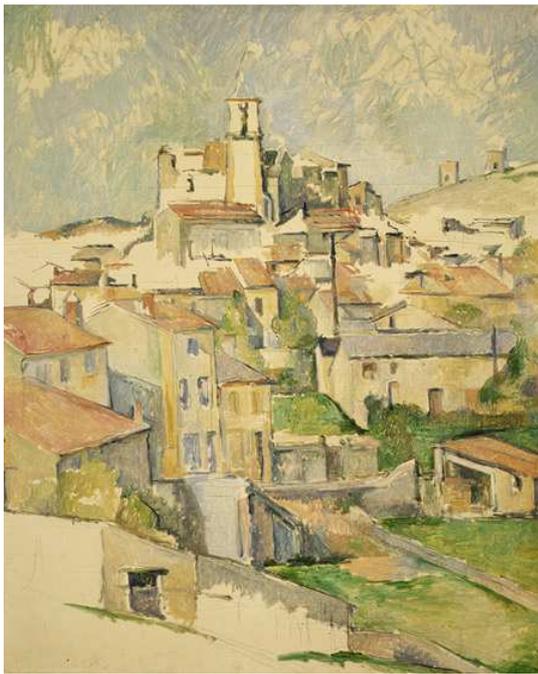


Figura 44, 45 e 46: série de paisagens de Gardanne, óleo sobre tela, 1885-1886.
Fonte: ABRIL, 2011.

Ele observa o vilarejo da parte baixa, alterando sutilmente o ponto de observação, e capta suas principais características: a estrutura compacta das construções, dispostas lado a lado sobre a topografia e, no alto, coroando o morro, a igreja¹⁷⁵.

¹⁷⁵ ABRIL. **Cézanne**. São Paulo: Abril, 2011. p.98.

Destacamos as ideias de Cézanne e, assim como seus estudos, estendemo-los para a análise final da construção da paisagem das cidades e vilas luso-brasileiras, especialmente, a paisagem da Vila de Nossa Senhora da Vitória, objeto de estudo.

Parafraseando Cézanne: para construir a paisagem de seus núcleos urbanos, os portugueses primeiro procuraram conhecer a estratificação geológica do território, para posteriormente, a partir das bases geológicas, fundarem suas vilas e cidades. Estas bases estruturaram estes espaços, delas, se tirava partido de cada detalhe, criando em suas concepções de mundo, uma harmonia paralela com a natureza.

Cézanne “germinava com a paisagem” – a paisagem, ele dizia, “pensa-se em mim e eu sou sua consciência”; ou, “reflete-se, humaniza-se, é pensada dentro de mim. Eu objetivo-a, projeto-a”¹⁷⁶.

¹⁷⁶ DÜCHTING, Hajo. **Paul Cézanne 1839-1906**: da natureza a arte. TASCHEN, s/d. p.203.

5. REFERÊNCIAS

ABRIL. **Cézanne**. São Paulo: Abril, 2011.

ACERVO DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES.

ALMEIDA, Amylton de. **Blissful Agony**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1972.

APES (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO).

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARQUIVO GERAL MUNICIPAL DE VITÓRIA.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CALAFATE, Pedro. **A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARITA, Helder; CARDOSO, António Homem. **Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990.

CARVALHO, J. A. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CASADO, Tatiana Caniçali. **Cidade-Paisagem**: novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da Paisagem**. São Paulo: Edições 70, 2008.

CAUQUELIN, Anne. **Paisagem, retórica e patrimônio**. RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura. Salvador, v. 6, 2003.

CIPRIANO, Diego Mendes; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. **O estudo da natureza da/na cidade**: algumas contribuições da história da ambiental. Revista do PPGEA/FURG-RS. 2009. p.1-17.

CHUECA GOITIA, Fernando. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

CLARKE, John R. **The house of roman Italy, 100 B.C. – 250 A.C.**: ritual, space and decoration. Berkley: Los Angeles: London: University of California Press, 1991.

COSGROVE, Denis & DANIELS, Stephen (Ed.). **The iconography of landscape**: essays on the symbolic representation, design and use of past environments. UK: University Press Cambridge, 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 2ª ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

DÜCHTING, Hajo. **Paul Cézanne 1839-1906**: da natureza a arte. TASCHEN, s/d.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. São Paulo: Cultrix, 1982.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELMO, Elton. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.

GOOGLE IMAGENS.

GUERREIRO, Maria Rosália P. **A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras**. O caso de Ouro Preto. In. TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). A construção da cidade brasileira. Lisboa: Livros horizonte, 2004. p.47-64.

HADOT, Pierre. **O véu de Ísis**: ensaio sobre a história da ideia de natureza. São Paulo: Loyola, 2006.

- HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**: ideologias e práticas na história. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JELICOE, Geoffrey; JELICOE, Susan. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestro días**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2000.
- LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.
- MADERUELO, Javier. **El paisaje: génesis de un concepto**. Madrid: Abada, 2005.
- MATTOSO, José (dir.). **Patrimônio de origem portuguesa no mundo**: América do Sul. Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **A natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MIRANDA, Clara Luiza. **A arquitetura e a esfera pública**: o Palácio Anchieta e o sítio fundador de Vitória/ES. In. PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). *A construção da cidade portuguesa na América*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2011, 91-104p.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar** (1976). In. NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 443-460p.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **O pensamento de Heidegger sobre arquitetura** (1983). In. NESBITT, Kate (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 461-473p.
- NOVAES, Henrique de. **Plano de urbanização de Vitória**. In. BRÍGIDO, Laerte Rangel. *O município de Vitória sob o regime revolucionário – triênio 1930-1933*. Rio de Janeiro: Oficina Alba Gráficas, s/d.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e estratégia**: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro: J.O. Editora, 1988.
- PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PESSÔA, José. **As cidades e a construção do território brasileiro**. In. PESSÔA, José; PICCINATO, Giorgio (org.). Atlas de centros históricos do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. **O patrimônio da posse**: um estudo da arquitetura militar do Espírito Santo no período colonial. 2010. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Relatório do Governo de Muniz Freire (1896-1900)**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX**. In. SOUZA, Luciene Pessotti, RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. 200-223p.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Vitória colonial**. Aula da disciplina de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural da Universidade Federal do Espírito Santo, s/d.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROBERTSON, D. S. **Arquitetura grega e romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROGER, Alain. **La naissance du paysage en occident**. In SALGUEIRO, Heliana A. (ed). Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar. São Paulo: CNPq/FAPESP/CBHA, 2000.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RYKWERT, Joseph. **A ideia de cidade**: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SCANDURRA, Enzo. **Natureza e Cidade**. São Paulo: Margem, 2002.

SIQUEIRA, Penha. **O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940**. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1980.

SOUZA, Célia Ferraz de; FREITAS, José Francisco Bernardino. **Os portos e a modernização das cidades brasileiras no início do século XX**: Porto Alegre e Vitória. In Diálogos: Urbanismo br. FREITAS, José Francisco Bernardino (org.). Vitória, ES: EDUFES; Niterói, RJ: EdUFF, 2010. 21-62p.

SOUZA, Luciene Pessotti. **Vila de Nossa Senhora da Vitória**: por uma perspectiva urbana no Brasil colonial. In. SOUZA, Luciene Pessotti; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. 163-199p.

TATAGIBA, José. **Puxa!!! Como Vitória está mudada!** Vitória: Editora J. Tatagiba, 2001.

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O urbanismo português**: séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da Cidade de Deus à Cidade dos Homens**: a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?** São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A construção dos imaginários de Vitória**. In. ABREU, Carol; MARTINS, Janes de Biase (org.). Vitória: trajetórias de uma cidade. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993, 19-41p.

ANEXOS

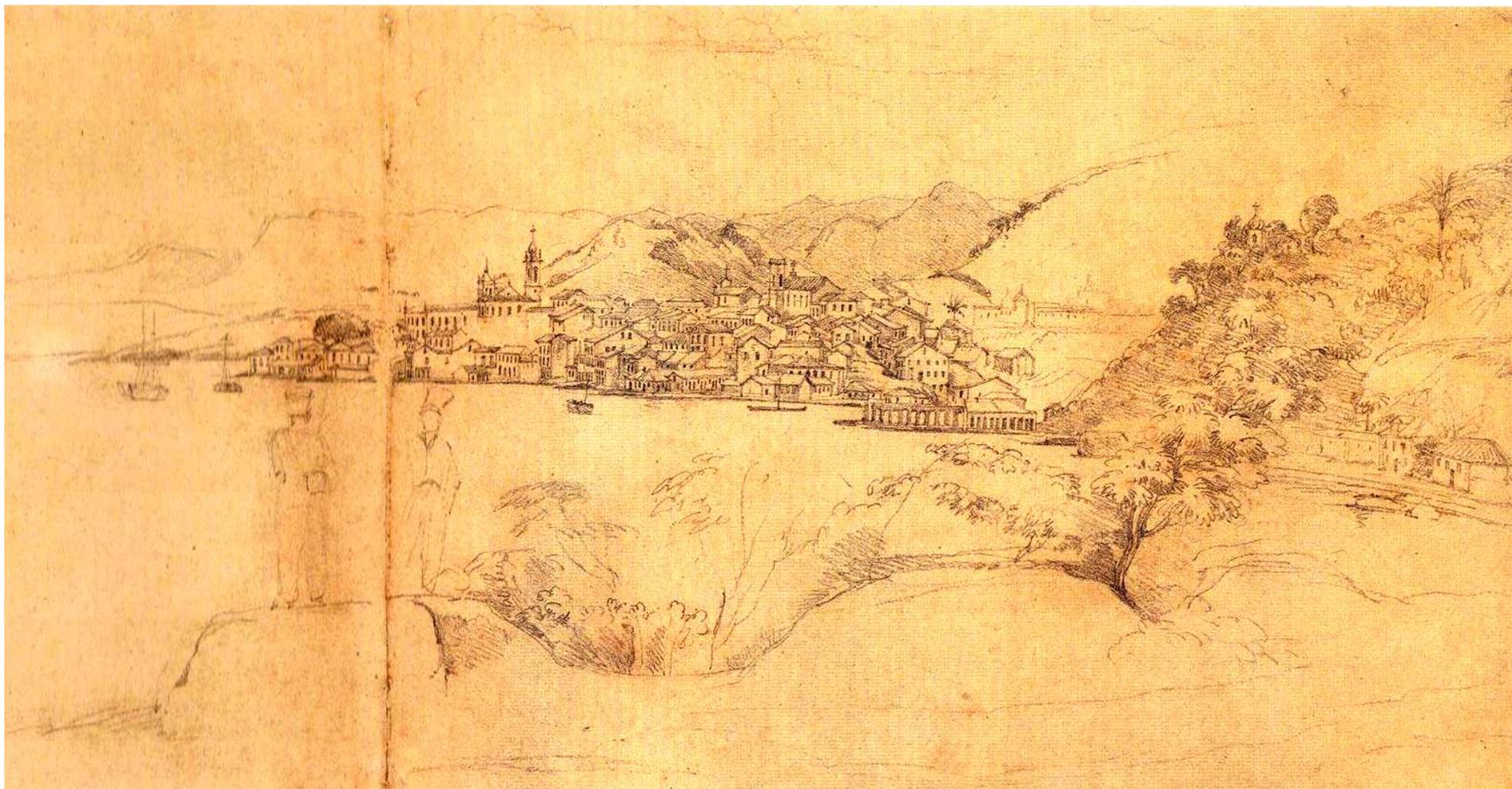


Figura 47: Vitória, 1825 (de Charles Landseer). Fonte: RIBEIRO, s/d.



Figura 48: Vitória, 1821-1895 (de Alfred Martinet). Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 49: Cartão Postal de Vitória, 1907. Fonte: RIBEIRO, s/d.



Figura 50: Cartão Postal de Vitória, 1910. Fonte: RIBEIRO, s/d..